

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-8-2017.

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Carolina Rousseff, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Bernardo, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Erico Leoti, da Sociedade Beneficente Recreativa Imperadores, que discorreu sobre o uso do espaço da Escola Imperadores. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tarciso Flecha Negra, João Bosco Vaz, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol, Mônica Leal e Paulinho Motorista manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta minutos às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cláudio Janta. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Roberto Robaina, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Dr. Thiago. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal da Educação, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que discorreu sobre as atividades da Secretaria Municipal de Educação. Após, o Presidente concedeu a palavra a Prof. Alex Fraga, Professor Bernardo, Carolina Rousseff, Adeli Sell, Matheus Ayres, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Mônica Leal e Cassio Trogildo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Tarciso Flecha Negra e André Carús. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Cassio Trogildo. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Adriano Naves de Brito. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Goulart. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16, discutido por Adeli Sell, Carolina Rousseff, Professor Bernardo, Prof. Alex Fraga; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 009 e 218/17, os Projetos de Resolução nºs 016, 017, 030, 032, 034 e

039/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Prof. Alex Fraga. Na ocasião, foram apregoados os Ofícios n^{os} 1232, 1233, 1234, 1235 e 1251/17, do Prefeito, solicitando o desarquivamento, respectivamente, dos Projetos de Lei do Executivo n^{os} 034/15, 030/16, 002/15, 031 e 035/16 (Processos n^{os} 2347/15, 2588/16, 0094/15, 2611 e 2749/16, respectivamente). Também, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 007/17 (Processo n^o 1635/17): de autoria de Tarciso Flecha Negra, com referência às Emendas n^{os} 03 e 04; de autoria de Alvoni Medina, com referência às Emendas n^{os} 52, 53 e 54. Também, foi apregoadado o Ofício n^o 1154/17, de Gustavo Bohrer Paim, Prefeito em exercício, comunicando que se ausentaria do Município nos dias sete e oito de julho do corrente. Durante a Sessão, Cláudio Janta manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Cláudio Janta e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Sociedade Beneficente e Recreativa Imperadores e tratará de assunto relativo ao uso do espaço da Escola Imperadores. O Sr. Erico Leoti, associado, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ERICO LEOTI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Vereadores desta Casa; a Imperadores do Samba agradece a oportunidade de fazer uso desta tribuna democrática, ao mesmo tempo em que agrade aos Vereadores que, desde o início desta crise momentânea que a Imperadores está passando, quando procurados, sempre deram apoio a essa instituição do carnaval de Porto Alegre, que tem 58 anos de atuação ininterrupta e com um trabalho e um resultado voltados, inicialmente, para a sua comunidade e para a convivência social, antes mesmo da qualidade do espetáculo que apresenta anualmente no desfile das escolas de samba. A nossa vinda aqui, Presidente Trogildo, é para que nós possamos trazer para esta Casa, de uma forma coletiva, a discussão de um problema que hoje se repete com a Imperadores do Samba, mas um problema que a gente tem certeza de que é de todas as escolas de Porto Alegre, e que está relacionado aos espaços destinados para o seu convívio social e para os seus ensaios.

A Imperadores do Samba está na Padre Cacique há 30 anos e foi para a Padre Cacique depois do resultado de um processo semelhante ao que está vivenciando

agora, em que, por conta do desenvolvimento urbano e por conta de uma certa intolerância dos vizinhos da época, a Imperadores teve que sair da Av. Ipiranga, esquina com a atual Padre Cacique, indo para o local em que está hoje, na Padre Cacique, nº 1.567. Quando saímos da Ipiranga, saímos por reclamação da vizinhança por conta do barulho, barulho que realizávamos nas nossas atividades, que são atividades que têm como fundo a dança, a música. E por ser uma cultura popular oriunda e descendente da cultura afro, tem no toque, tem na música a sua essência. Fomos para a Av. Padre Cacique, um local em que, na época, há 30 anos, não existia nada além do Estádio Beira Rio, a não ser o mato, a lama, o barro. Lá nos estabelecemos e, a partir do apoio dos abnegados componentes, aficionados pela Imperadores, construímos uma quadra e conduzimos a partir de então as nossas ações. Hoje vivenciamos, novamente, um processo em que, por conta de algumas questões que não foram bem resolvidas ao longo do tempo, principalmente de 2013 para cá, a Imperadores se depara com uma solicitação judicial para que seja cancelado o Termo de Uso daquele local, com a alegação do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta e da perturbação do sossego. Nós, da Imperadores, temos muito presente um princípio básico de convivência e de harmonia, principalmente com os nosso vizinhos. Não se faz escola de samba, não se faz carnaval sem a convivência múltipla, sem o coletivo, e nesse ponto as quadras das escolas de samba são espaços plenamente democráticos, onde há vez para todos. Sabemos que temos que utilizar a nossa quadra para angariar recursos para podermos produzir o nosso carnaval, e sabemos que temos que respeitar os vizinhos, e assim temos feito ao longo da nossa história. Nesse momento questionamos o TAC, assinado em 2013, porque esse Termo foi assinado num contexto que, inclusive, se iniciou nesta Casa quando das tratativas, lá por 2009, 2010, para reformulação do complexo Beira Rio para receber jogos da Copa. Foi-nos prometido que a partir da destruição de parte da nossa quadra, assim como das demais escolas e bandas que ali atuavam, teríamos então a construção do complexo cultural do samba e do memorial do samba, e que teríamos aparelhos modernos, com isolamento acústico, para podermos executar as nossas atividades sem que perturbássemos de alguma forma o sossego dos vizinhos. Nesse contexto de expectativas extremamente positiva e real, porque os projetos das quadras existem, todas as licenças ambientais necessárias para a construção das quadras foram retiradas e aprovadas, nós assinamos um TAC que, na época, registramos que era restritivo às nossas atividades, visto que as quadras das escola de samba e principalmente a quadra da Imperadores é a fonte principal para buscar recursos e receitas para a produção de um carnaval que, ano após ano, a Imperadores apresenta com qualidade na avenida. Isso é facilmente comprovado com as colocações que a Imperadores tem no carnaval de Porto Alegre nos últimos anos, sendo neste ano a atual campeã, num ano em que nós tivemos uma situação extremamente atípica, que foi nós não recebermos nenhum recurso da Prefeitura. Mesmo assim a Imperadores cumprindo a sua missão, o seu propósito, e, com a expectativa dos seus milhares de apaixonados e componentes, a Imperadores não mediu esforços para fazer o seu carnaval.

Esse contexto de 2013, amplamente favorável à assinatura de um TAC que restringia as atividades da escola de samba, não foi cumprido por vários motivos que não cabe aqui, agora, a gente declinar, como quem são os responsáveis ou os que não são responsáveis pela situação, mas o fato é que a quadra da Imperadores foi destruída, ficando com 10% da capacidade original que tinha, num espaço com uma estrutura totalmente desfavorável para a prática das suas atividades e com um custo adicional que não tínhamos anteriormente, Ver. Pujol, porque hoje nós temos um custo de R\$ 4 mil para aluguel de uma cobertura que, na nossa quadra original, nós não tínhamos. É nesse contexto de que estamos numa situação totalmente desfavorável, estamos num contexto totalmente diferente daquele que era o contexto apresentado para um futuro próximo de um ano e meio em 2013 que nós estamos questionando a aplicação de um TAC e a aplicação de uma pena máxima pelo alegado descumprimento de um TAC, com a realização de eventos na quadra da Imperadores que não estão relacionados ao samba na visão de quem está aplicando o TAC, por não estarem, nesses eventos sendo tocados sambas ou músicas de carnaval. É por entender que a Imperadores não pode ter, como legado da Copa em Porto Alegre,- uma Copa que inegavelmente colocou Porto Alegre de uma forma muito positiva no cenário mundial, a exclusão, uma quadra que não condiz com sua história e com a sua necessidade, até porque foi sempre parceira da Cidade. Estamos discutindo isso, senhores Vereadores, juridicamente, estamos, sim, fazendo uma defesa jurídica, estamos negociando, sim, politicamente na Prefeitura, mas entendemos que o apoio desta Casa, não só a essa questão pontual da Imperadores, mas à questão maior do carnaval de Porto Alegre e das quadras das escolas de samba da Cidade, no sentido de sair daqui encaminhamentos de políticas públicas que garantam a regularização dos espaços das quadras das escolas de samba, como instrumentos e ferramentas de fomento à cultura popular, de fomento à cultura afro-brasileira, é que a Imperadores vem aqui pedir que os Vereadores tratem desse assunto no seu dia a dia também. A cultura popular em Porto Alegre depende, sim, de apoio público. Não existe no Brasil nenhum lugar em que a cultura popular seja desenvolvida sem o apoio público. Sabemos, não vamos dizer aqui que estamos alheios à questão do problema econômico-financeiro da cidade de Porto Alegre, mas entendemos que devemos, sim, ter o apoio da Casa do Povo, ter o apoio da Câmara de Vereadores para construirmos políticas públicas, ações que garantam que questões pontuais, como a que a Imperadores do Samba está enfrentando agora, não sejam realidade ali na frente, passada essa questão pontual. Estamos otimistas que, pela história da Imperadores, pela lisura e pela responsabilidade com que seus diretores atuais têm conduzido a escola, nós devemos, pela negociação, chegar a um bom termo e levantar a interdição atual da quadra da Imperadores, mas é fundamental que esta Casa, que a Casa do Povo de Porto Alegre tenha, na sua pauta de assuntos, o tratamento mais perene destas questões envolvendo as quadras das escolas de samba. Aqui deixo um exemplo, nobres Vereadores, a Imperadores do Samba, além da ação ajuizada pelo Ministério Público, em que nós temos a expectativa positiva de chegarmos numa negociação, nós estamos respondendo a um processo administrativo da SMIC que, por conta da falta de um alvará, está também solicitando que a Prefeitura cancele o Termo de Cessão de Uso.

Alvará esse, nobres Vereadores, que não existe para a categoria escola de samba em Porto Alegre. Não existe um alvará específico para as escolas de samba em Porto Alegre, então, não há como a Imperadores do Samba solicitar à SMIC um alvará para funcionar como escola de samba – isso é inadmissível! As poucas escolas de samba, Vereadores, que têm alvarás de funcionamento, os têm de uma forma inadequada para a realização das atividades e para a operação das atividades de uma escola de samba. Tem escola de samba que tem alvará expedido pela SMIC como bar e lancheria, isso, do ponto de vista de um documento, pode justificar e garantir a utilização e a operação, mas do ponto de vista de operação, com a característica de uma escola de samba, está totalmente fora de propósito. Tem quadra de escola de samba que, se tem alvará, tem alvará de casa noturna, também inadequado para as atividades de entidades que são sociedades beneficentes, de entidades que atuam e cultuam a cultura popular, atuam e cultuam no carnaval.

Então, é inadmissível que nós estejamos atualmente tendo que responder a um PAD, tendo que nos defender a um pedido para que haja o cancelamento do Termo de Cessão de Uso da quadra da Imperadores por não ter um alvará que a própria Prefeitura não dá. E que, se der um alvará, como eu citei agora como exemplo, essas entidades para terem o seu PPCI aprovado terão problemas também porque a categorização prevista na Lei Kiss também vai nos impingir uma série de responsabilidades que estão inadequadas ao tipo de edificação da quadra de uma escola de samba e ao tipo de atividade lá realizada.

Então, para finalizar, Presidente Trogildo, agradeço, mais uma vez, este espaço. A Imperadores vem aqui solicitar o apoio da Casa às questões realizadas a esta questão específica da quadra da escola de samba, mas, principalmente, às questões relacionadas ao carnaval de Porto Alegre. O carnaval de Porto Alegre precisa que nesta Casa ele seja discutido no sentido de que não seja extinto caso a iniciativa privada, por qualquer motivo, não venha apoiar o nosso carnaval no patamar que ele necessita a partir do momento em que a Prefeito de Porto Alegre tem dificuldades de fazer aportes financeiros.

Mais uma vez, obrigado pelo espaço reservado, e solicitamos que, no dia 10 de agosto, quando teremos uma audiência pública para tratar do carnaval em seu todo e também para tratar das questões específicas das quadras das escolas de samba, nós tenhamos um quórum parecido ou maior do que este para discutirmos efetivamente o carnaval de Porto Alegre como algo da cidade de Porto Alegre e não apenas dos carnavalescos. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Erico para tomar assento à Mesa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar o Erico e todos que estão aqui das escolas de samba, e quero dizer que o meu Partido, o PSD, e este Vereador estamos juntos nessa luta com vocês. Por quê? Porque eu acredito... É claro que existem gremistas e colorados, mas, no fundo, nós torcemos pelo esporte, essa é a verdade. E eu torço pelo esporte, pelo samba, pela educação, essa é a minha bandeira, foi com essa bandeira que eu nasci, eu nasci dentro do samba no Rio de Janeiro, salgueirista.

Eu fiz uma fala na tribuna, antes de se armar o circo da Copa aqui no Brasil, que ali seria uma casa de *show* para todos os turistas, porque lá fora o que pega é o carnaval do Brasil, é o futebol do Brasil, é isso que os turistas vem ver aqui no Brasil. Então, nós não podemos acabar com isso. O samba não é cultura somente do negro, o samba é de todos, nós adoramos, isso faz bem, a juventude que está vindo... Nós temos que parar e pensar bem. Eu peço aos caros colegas políticos, às amigas e aos amigos que vejamos direitinho isso, vamos dar um lugar digno para o samba. O samba não pode parar. E este Vereador está junto com vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Sr. Erico Leoti, Sr. Rodrigo, presidente, que está presente aí, em primeiro lugar, peço licença ao Presidente Cassio para, em seu nome, dizer que esta Casa está à disposição e está se movimentando para ajudar a Imperadores do Samba nesse momento de transição. Nós já conversamos com o Presidente Cassio, já recebemos a Imperadores na Comissão de Direitos Humanos, ontem a Imperadores teve uma reunião com o Ministério Público e já se vislumbrou lá um acordo, tem essa audiência na Justiça no dia 8, em que deve sair esse acordo em definitivo. Precisamos agradecer à Procuradoria-Geral do Município, Dr. Roberto Rocha e Dr. Armando, que fez um agravo à decisão da Justiça, e, graças a isso, nós conseguimos essa audiência de conciliação para o dia 8. Dia 10, pretendemos que esta Casa esteja lotada, Erico, na audiência pública para discutir todo o carnaval em si, não só a questão das quadras, mas também o financiamento público, o Porto Seco, enfim, todas essas questões. A Casa está totalmente à disposição, junto conosco está o Presidente, que é quem controla e quem nos leva no nosso trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, quero saudar o Sr. Erico, mais uma vez nesta Casa. Acho que o clima é muito favorável nesta Casa, desde aquela reunião em que eu, o Ver. João Bosco Vaz, a Ver.^a Mônica Leal, e mais a Melquiades, em que todos estivemos lá, junto com vocês, o Cláudio Brito esteve aqui, os procuradores da PGM, foi uma boa reunião de entendimento. O que eu, como Presidente da Comissão – nós estamos no mesmo caminho –, solicito a partir de agora é que tenhamos harmonia, tranquilidade. É o momento de conversarmos, de dialogarmos. Já estamos protocolando aqui um projeto assinado por todos nós que vem regulamentar, vamos dizer assim, e nós queremos valorizar o carnaval. Tenho certeza de que dia 8, dia 10, como disse o João Bosco aqui, nós vamos buscar o entendimento. Esse é o caminho de vocês desde o início, esta Casa não se furtou não só na Comissão como particularmente os Vereadores de buscar o entendimento com o Ministério Público, é o que vamos fazer, é o que estamos fazendo. Tenho certeza de que vamos chegar a um entendimento. Parabéns pela capacidade e perseverança de insistir num tema importante, mas com diálogo, com união da categoria. E aqui vocês sabem que vão ter apoio, porque o carnaval está entre uma das maiores festas ou a maior festa popular deste País, e Porto Alegre precisa crescer nessa festa popular, porque isso é turismo. A nossa Capital tem muito espaço ainda para construir no turismo. Parabéns pela tua presença aqui. Contem conosco, estaremos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Presidente Cassio Trogildo, caríssimo Erico, da Imperadores, falo aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Oliboni, Ver. Professor Bernardo e da Ver.^a Carolina Roussef. Quero empenhar o nosso compromisso com essa escola, que, há 58 anos atrás, nasceu na Joaquim Nabuco. Isso é importante marcar: foi um homem que lutou pela liberdade, pela democracia e pela abolição. Tem trajetória essa história, do seu começo até agora, e os dois leões africanos que estão ali como seu símbolo também são uma mostra da história, das raízes dos Imperadores do Samba em Porto Alegre. Por isso nós temos que combater toda e qualquer intolerância que há na Cidade. Eu estava falando com o Bosco há pouco que nós não tínhamos essa clareza quando fui Secretário da SMIC para a questão desses alvarás diferenciados. Perdemos uma grande oportunidade, tenho uma dívida com vocês, por isso vou procurar o Ver. Felipe Camozzato na nossa comissão de empreendedorismo, para que a gente discuta e consiga construir uma alternativa vindo aqui da Câmara, não só de um Vereador, mas da Casa do Povo de Porto Alegre. Acredito que não estamos sozinhos, o senhor está na Casa do Povo, está num momento importante, esta Câmara está se colocando na vanguarda da Cidade para cuidar dos problemas de Porto Alegre. Contem conosco para que a gente resolva a demanda da

Imperadores. Vida longa à Imperadores do samba e que continue assim, combatendo a intolerância.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde, quero trazer a nossa saudação do PSOL, do Prof. Alex Fraga, que estava na reunião também da Comissão de Direitos Humanos, do nosso Ver. Roberto Robaina, também presidente municipal do Partido. Erico, te cumprimentando, cumprimento todos que te acompanham, o Presidente Rodrigo, a comunidade da Imperadores que também compareceu na tarde de hoje diante dessa necessária resistência que é preciso fazer. Necessária resistência diante dos processos de intolerância que têm levado a cultura popular a ser sistematicamente atacada no Município de Porto Alegre, ser deslocada para as regiões mais longínquas. Nós falamos da Associação Satélites de Prontidão, do Floresta Aurora, falamos do caso da Imperadores que também é parte do mesmo processo. É preciso, por um lado, defender a escola e a sua quadra e mais do que isso, também cobrar as promessas passadas. Porque haveria um complexo cultural para o samba, no qual a Imperadores e a Praiana estariam contempladas, também a própria questão da luta em defesa do carnaval. Eu sei que tem audiência no dia 08, depois tem no dia 10, no Judiciário, onde vamos ter oportunidade de falar, mas infelizmente o carnaval esse ano foi inexistente. Aos 45 minutos do segundo tempo se disse que não teria nenhum recurso. E o carnaval também é um evento público, precisa estar no calendário da Cidade, com dotação orçamentária para que seja plenamente realizado. Nós tivemos a oportunidade de desfilar na Imperadores com o nosso tema maravilhoso da Frida Khalo, eu e a Luciana Genro, e o que a gente viu na avenida foi pura resistência. Porque no dia anterior as escolas da série prata e da série bronze não puderam desfilar porque todos correram para fazer o carnaval acontecer, mas nós temos tempo até o carnaval de 2018. É preciso lutar para que o carnaval saia na sua plenitude. Então, vida longa a Imperadores, conte com a Bancada do PSOL. Vida longa ao carnaval de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero saudar o Erico e os demais dirigentes da Imperadores que se encontram aqui presentes, seu presidente, seus familiares, e eu não vou repetir o que eu disse quando vocês me deram o prazer de me visitar e colocar a situação que eu não desconhecia e que está sendo vivenciada pela Imperadores, mas vocês me informaram

com detalhes e com a expectativa que têm de receber da Casa a cobertura para essa luta. Em sua exposição, eu tirei uma frase que me parece fundamental: não existe neste País nenhum lugar onde o Poder Público possa lavar as mãos inteiramente e dizer que não vai investir em cultura popular, porque, se não investir, por mínimo que seja, não vai ter cultura popular; pode ter manifestações de cultura popular esporádicas, mas como sistema, como estrutura, não vai ter. Eu acho que não preciso repetir aqui, mas o farei, porque quero fazer de público, é um compromisso meu. O Imperador, o vermelho da avenida, não é a minha preferência – eu sou Tinga, todo o mundo sabe, mas o Imperador é o nosso padrinho, é a nossa madrinha, e, obviamente, há uma confraternização de causa. Quero que vocês tenham certeza de que a Casa não vai faltar. Vocês têm vários amigos aqui, e eu sou um dos que humildemente vou me incluir entre os amigos de vocês para uma luta que hoje é do Imperador, mas que, em verdade, é da cultura popular, é do carnaval da Cidade. Contem conosco. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sr. Erico, eu gostaria de registrar aqui que, sensibilizados com a reunião da CEDECONDH, vários Vereadores – Cassiá, João Bosco, Fernanda Melchionna, esta Vereadora e o Professor Alex – achamos por bem protocolar um projeto de lei para melhor definir o uso do espaço ocupado pela escola. O que nós queremos é que tudo ocorra de forma harmônica com a comunidade da região, entidades carnavalescas e Ministério Público, buscando um entendimento, com o objetivo de verificar como poderão ser realizadas e em que horário as atividades das associações e entidades carnavalescas, ao longo de todo o ano, tudo com o propósito de tornar viável econômica e financeiramente a realização do carnaval em Porto Alegre, o qual, sem esta medida, certamente estaria fadado a sucumbir, perdendo a sua expressão. Gostaríamos de deixar aqui registrado o apoio dos Vereadores da Comissão. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente; boa tarde, Erico. Ao pessoal da Imperadores quero dizer que falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato e em meu nome, do PSB, e quero dizer que podes contar com a nossa Bancada no que for possível e com esta Casa também. Acho que está dando tudo certo, as coisas estão correndo mais ou menos como têm que ser e procuramos sempre estar atentos para que as coisas não parem. Chega no fim do ano e o pessoal fala, é

muito triste quando o pessoal diz assim: “Bah, acho que carnaval este ano parece que não vai dar.” E, com certeza, o carnaval, para a nossa Porto Alegre é muito importante. Quando a gente sai daqui e ouve falar da Imperadores, poder dizer: “A Imperadores é de lá de onde eu moro.”

Então, Erico, com certeza, estaremos sempre à disposição para ajudar. A Imperadores não pode parar; a Imperadores sempre será a Imperadores. Podem contar com a gente, Erico. Tem gente que não gosta de carnaval, tem gente que não gosta de futebol. Cada um na sua, mas eu acho que é muito difícil comentar com alguém: “Acho que neste ano não terá carnaval” e a pessoa diz assim: “Sem carnaval Porto Alegre para!” E sem Imperadores Porto Alegre para também. Um grande abraço, Erico; um grande abraço para a Imperadores, sempre Imperadores!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Chegamos, então, ao final desta Tribuna Popular agradecendo a presença da Sociedade Beneficente e Recreativa Imperadores - nossa querida Imperadores do Samba -, em especial ao Erico, que foi o orador, ao Presidente Rodrigo e a todos os demais componentes da escola. Suspendo a sessão para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h52min): Estão reabertos os trabalhos. Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, público que nos assiste por meio da TVCâmara, o dia de ontem, nesta Casa, foi atípico, falamos de questões e ainda aguardamos definições do Governo. Sei que meus pares esperam que eu volte com esse assunto no dia de hoje, mas aguardo definição do Prefeito. Nós hoje protocolamos aqui um pedido de Comissão Especial, que a Mesa Diretora desta Casa acatou e já encaminho ao Colégio de Líderes. Mas, como Presidente Estadual de um Partido, como dirigente sindical, com um dos membros desta Casa que subiu nessa tribuna, uma dezena de vezes ou mais, para falar do Governo Dilma, falar de tudo o que aconteceu no Governo Dilma, pedindo o impeachment da Presidente Dilma, eu não podia me calar diante de tudo o que aconteceu ontem no Congresso Nacional e diante da postura de membro do meu partido, e hoje mesmo já pedi que fosse esclarecido, internamente, dentro do partido. Um Presidente que comprovadamente usa 10 bilhões do aumento da gasolina, imposto ao povo brasileiro, para comprar o Congresso Nacional descaradamente, um Presidente

que usa medidas provisórias, Ver. Reginaldo Pujol, dito por vários parlamentares. O Presidente do meu partido, hoje, me argumentou que votou a favor desse crápula continuar na Presidência da República porque recebeu uma medida provisória, vejam bem, o Presidente do meu partido me diz isso. Eu fui obrigado a votar com o cara, porque estou recebendo uma medida provisória para melhorar a parafernália que fizeram com os trabalhadores. Isso foi o que ele me disse, o argumento que ele usou. E vários outros deputados usaram esse argumento. Estou recebendo uma medida provisória para melhorar a questão dos trabalhadores rurais. Outro Deputado me disse isso. Alguns receberam emendas parlamentares, aí vieram os 10 bilhões. Uns votaram por questões ideológicas, para melhorar a vida de quem representam, e uns receberam o aumento da gasolina, que vem vindo no efeito cascata, aumentando a luz, aumentando a cesta básica, aumentando o consumo. Não é à toa que ontem milhares e milhares de caminhoneiros estavam na rua. Isso é uma vergonha na nossa Pátria mãe gentil. Vergonha descarada. A Presidente Dilma até tentou fazer a mesma coisa e não conseguiu porque não tinha um Presidente do Congresso comprometido, pois brigou antes com o Eduardo Cunha. Mas esse quase brigou, estava pegando uma firma que erra para ser do Rodrigo Maia, mas depois se acertaram, se aprumaram e foram embora. É uma vergonha aumentar a gasolina para garantir o pagamento de emenda parlamentar para os Deputados. E vai ter que aumentar mais, porque o Procurador-Geral está apresentando uma nova denúncia. Vai ter que sacrificar mais o povo brasileiro, porque tem mais denúncia, não é só essa. Se está errado ter libertado o corruptor, está errado mais ainda o Congresso Nacional libertar a pessoa que faz a corrupção neste País, que tira dinheiro da educação, que tira dinheiro da saúde. Está aqui o nosso Município e todos os Municípios do Estado sofrendo para buscar recursos para a saúde, sofrendo para buscar recursos para a educação, sofrendo para melhorar as estradas do nosso País, do nosso Brasil, e ontem a gente viu essa vergonha, o que deixa o nosso País envergonhado. Povo de Porto Alegre, povo do Rio Grande do Sul, a resposta temos que dar nas urnas, e não fazendo esse protesto burro de não ir votar, não fazendo esse protesto burro e ignorante de abstenção, mas renovando. Renovar, limpar aquele Congresso Nacional.

Tenho certeza de que vários dos pares que aqui se encontram, assim como eu, não concordam com a postura que seus Partidos tiveram lá ontem. Vários que aqui se encontram, da minha, da Bancada do PMDB, da Bancada do PP, da Bancada do DEM, da Bancada do PSDB, vários não concordam com o que foi feito aqui ontem, assim como vários da Bancada do PT não concordam com o que foi feito ontem. Representantes do PT saíram dos Municípios para irem lá fazerem campanha para que ficasse o Temer lá ontem. Então, eu vim aqui mostrar toda a minha indignação, principalmente que o pedido que eu já fiz nesta semana de expulsão daquele deputado do meu Partido que ainda tatuou o nome do Temer. Olha, o cara é mais demente ainda, tatuou com rena e ainda mentiu que pagou R\$ 1.200,00; mais puxa-saco e demente ainda, para receber emendas, diz ele, para o seu estado. Mas, na verdade, é para estar se beneficiando. Então, venho aqui, em nome da direção estadual do meu Partido, sou

membro nacional da direção do meu Partido, repudiar o que aconteceu ontem no Congresso Nacional, Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ROBERTO ROBAINA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, primeiro lugar, o Ver. Janta louvo a sua atitude, como eu acho que muitos aqui, e eu vou deixar bem claro, pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, nosso repúdio pelo que aconteceu ontem no Congresso Nacional, mais uma vez fica evidente que tinha um único objetivo: a derrubada da Presidente Dilma. Um golpe midiático do Judiciário, do Legislativo, lastimo profundamente a forma como este País está tratando a vida dos brasileiros. E ouvir do presidente Temer um usurpador de mandato, falar em estado democrático de direito, ele deve ter tido uma saudade do tempo em que ele era professor de direito constitucional, esse é o passado e, hoje, o presente o condena.

Falaremos de Porto Alegre, das preocupações com o povo de Porto Alegre. Aquele estudante, Carol, da periferia, como me disse, hoje de manhã cedo, uma professora, Bernardo, às vezes tem que pegar dois ônibus sistematicamente, senão não chega na escola. Nós não temos mais escolas de ensino médio próximas de onde as pessoas estão morando. Tem lugares, como a Lomba do Pinheiro, à noite, que você tem que sair de lá, e, dependendo do colégio, você tem que pegar dois ônibus. Como nós queremos que as pessoas estudem? E os outros estudantes que têm que fazer cursinho, ainda pagando, porque estão terminando com aquele que nós tínhamos gratuitamente em Porto Alegre? Vamos falar com o Secretário à tarde sobre isso. Professor Bernardo e Carol, nós estamos atentos à segunda passagem, um grupo grande de colegas aqui da Câmara está indo agora ao Tribunal de Contas do Estado falar com o Ministério Público de Contas para entregar um documento questionando o Decreto Municipal que acaba com a segunda passagem. Há uma preocupação generalizada com essa questão, desde o desempregado que precisa buscar o trabalho, que tem que pegar ônibus, sim – sair de um lugar, pegar mais outro para chegar no local onde ele vai tentar buscar um emprego –, como ele vai suportar essa questão? Já falei dos estudantes e vou falar agora também do pequeno e do microempresário, cuja conta subirá enormemente no final do mês, ele terá que dispensar o trabalhador que pega dois ônibus, às vezes altamente qualificado,

talhado para aquele trabalho. Onde está o compromisso social? Nós temos documentos, temos falas do Sr. Prefeito dizendo que temos muitas isenções. Bom, vamos discutir as isenções, mas vamos discutir também fiscalização. Não ouvi, não li, Carús, nenhuma palavra sobre a questão da falta de fiscalização, Comandante Nádia. Pode escrever: tem gente que pega o Tri do idoso, dos 60 anos e dá para a sua empregada, não paga o que tem que pagar do seu bolso. Tem casos, casos e casos. A mesma coisa o VT da molecada, os estudantes fazem uso indevido. Este é um País que tem uma corrupção, Thiago, endêmica, arraigada. Depois, vem aquela discursaria contra os políticos. Não! Nós vimos que tem políticos ladrões no Congresso Nacional... O Janta acabou de dizer, eu vou repetir: agora, aqui, nós vamos colocar as coisas em pratos limpos, tudo o que tiver que ser modificado para o bem do povo de Porto Alegre. Seja um projeto do Nelson Marchezan Júnior, como era do José Fortunati, do Sebastião Melo, do José Fogaça, do João Acir Verle, a Bancada do PT sempre apoiou. Sempre! Nós não fizemos oposição por oposição, não somos da política do quanto pior melhor.

Para concluir, Sr. Presidente, nós somos da política para a defesa do povo, dos interesses da população pobre, necessitada. Nós queremos a abertura das contas das empresas; nós queremos transparência. Eu estou protocolizando hoje na Casa, Cláudio Janta, um projeto para que Porto Alegre adote o que é dever seu: a Lei Anticorrupção, de agosto de 2013, que não está sendo exigida, Sr. Presidente. Nós vamos fazer o debate aqui. É preciso solicitar código de ética e de postura das empresas que transacionam com o Governo, a começar pelas empresas concessionárias de transporte coletivo, pelas que têm contrato do lixo, pelas que têm contrato com o DEP, etc. Diz a lei federal: imponha-se ao Município. Não estando claro, o meu projeto de lei deixa claro. Aqui, tem vários professores que eu sei que vão me ajudar a burilar esse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, conforme solicitado ontem aqui pelas Bancadas do PT e do PSOL e pelos demais membros desta Casa, sendo aprovado aqui pelo plenário, quero comunicar que, no próximo dia 14, às 15h, virá a esta Casa o Secretário Ramiro Rosário; no dia 17, às 15h, virá o Diretor da Procempa e do Conselho da Carris, o Sr. Michel; o Soletti, Diretor da EPTC, virá na quarta-feira que vem, às 14h30min aqui nesta Casa. E o Secretário de Educação já está vindo para esta Casa, conforme o acertado na reunião de Líderes. Também quero informar o Ver. João Bosco de que o Prefeito me pediu para continuar na Liderança do Governo até segunda-feira, quando acertaremos se tiramos ou não o projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras, desculpem a minha afonia, mas eu não poderia deixar de me manifestar. Nós iniciamos a Frente Parlamentar Pró-Hospital Parque Belém e temos percorrido vários hospitais em Porto

Alegre. No recesso fizemos isso e continuamos fazendo. Uma coisa tem me preocupado muito. Há um aumento de pessoas que nos procuram na Câmara de Vereadores e na Defensoria Pública em busca de cirurgias de média complexidade. Eu quero que o Secretário Municipal de Saúde Dr. Erno tenha muita atenção com isso. Eu trago um caso aqui de uma paciente, que estou encaminhando ao Secretário, Pâmela Cardoso Farias – cito o nome, porque ela me permitiu -, que está aguardando há 978 dias por uma avaliação para a cirurgia de obesidade mórbida. Não, não, vocês entenderam bem, por 978 dias, há cinco anos ela aguarda. Seu caso agrava agora com hipertensão, diabetes, com risco de falência múltipla de órgãos e nós temos locais próprios e que se podem ser conveniados, contratualizados, Ver. Dr. Goulart, capazes de fazer esses procedimentos. Eu e estive, há uma semana atrás, no hospital da Restinga que tem um bloco novo; se há dificuldade operacional em colocar o Parque Belém funcionando, que se faça isso com o Hospital da Restinga! Um hospital com 10 leitos de UTI prontos para usar, só precisa ser contratualizado. Eu vou sugerir aqui o que já é lei em Porto Alegre, que o Secretário possa utilizar o que o Dr. Pedro Gus fez na sua gestão. Nós precisamos, para essas cirurgias de média complexidade, fazer mutirão de cirurgia. Nós precisamos que os hospitais públicos municipais e conveniados – Conceição, no Clinicas, até o próprio Presidente Vargas – possam operar a noite sábado e domingo. Nós precisamos fazer isso; é uma estrutura muito cara para ficar tanto tempo parada. Então eu faço esse apelo, nesse caso especial, ilustrativo: a paciente aguarda desde 30 de novembro de 2015 e esse é mais antigo que o meu filho mais novo, é mais antigo que meu filho mais novo! E essa paciente vai morrer, esta paciente vai morrer! Então nós precisamos atuar de forma objetiva com relação a cirurgias de média complexidade. As cirurgias de vesícula, Ver. Matheus, de pedra nos rins chega a ser um escândalo porque o paciente vai toda semana na emergência; o custo do serviço público é cinco vezes maior. O paciente poderia fazer uma vídeo-cirurgia e ficar livre da pedra, da morbidade e da mortalidade, no entanto, ele continua com esses riscos e gasta muito mais recurso do SUS. Então, nós precisamos ser mais resolutivos com isso e, sem dúvida nenhuma, estamos fazendo um levantamento, vamos procurar a Defensoria Pública que também já tem um número de cirurgias extremamente grande lá, pessoas que acorrem a Defensoria Pública, que não está dando conta mais da demanda, para poder fazer uma operação conjunta e construir uma alternativa. No passado, a alternativa que se construiu foi a questão dos mutirões. Nós precisamos evoluir para isso, não podemos continuar olhando a fila das consultas especializadas das cirurgias crescerem a cada dia sem tomar nenhuma atitude diferente da que está sendo tomada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje temos o comparecimento do Sr. Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal de Educação.

O Sr. Adriano Naves de Brito está com a palavra.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muito boa tarde a todos, é um prazer está aqui na Casa dos representantes do povo para que a gente converse um pouquinho sobre temas de educação. Vou aproveitar esse tempo que tenho para fazer essa intervenção para fazer alguns tópicos relativos à minha Secretaria, sobretudo esses que foram nos últimos dias em discussão, mas também outros, para que esta Casa entenda os movimentos que têm sido feitos na Secretária. Começo justamente por aí, colocando a lógica das ações que a Secretaria tomou desde o início do ano. A Secretária de Educação tomou por foco o aluno e, mais objetivamente, a qualidade da aprendizagem do aluno. De maneira quase obsessiva, nós acreditamos que é fundamental que a nossa escola entregue para esse aluno uma capacidade e habilidade que o qualifique para ganhar a sua vida, depois, continuar os seus estudos, ganhar a sua vida e contribuir com a sociedade. Isso não acontece se o aluno não aprender, e os nossos índices são índices que não permitem ao aluno continuar a sua vida e ter autonomia. Portanto, o que a gente espera é que a educação consiga ter uma certa equidade, igualar um pouco os cidadãos naquilo que é a busca de seus projetos de vida.

Para atender ao aluno, nós temos que olhar todo o processo de educação com base naquilo que é o benefício para o aluno. Embora muitos sejam os discursos em favor da educação, de recursos para educação e de atendimento às demandas da educação, nem todos esses recursos, nem todas essas demandas revertem diretamente para a aprendizagem e a vantagem do aluno. Nós temos uma miríade de ações, uma miríade de eventos que circundam a educação, que se relacionam com a educação, mas cujo resultado para o aluno é, no mínimo, questionável.

Eu coloco isso como pano de fundo, para que se entenda que as ações que nós fomos tomando ao longo desses primeiros meses de gestão foram ações que visavam a tornar o centro gravitacional da secretaria justamente a aprendizagem desse aluno, é o resultado que nós temos que entregar. Educação não é assistência social, educação é justamente um esforço que a sociedade faz para produzir, numa nova geração, aqueles conhecimentos, fazê-la conservar os conhecimentos que ela produziu, e que essa nova geração esteja à altura de levar adiante o projeto civilizatório que nós temos. É o aluno que tinha que ser esse foco, ele tem que ser o centro gravitacional dessas ações.

Com base nisso, nós achamos que era preciso começar pelo fundamental, e o fundamental é aula, o aluno precisa ter aula. Aluno não aprende senão com o professor, professor é absolutamente central, mas professor é central porque ele ensina o aluno. O foco é o aluno, e nós precisamos fazer esse aluno ter o seu resultado, que é aprender. Nós precisamos de professores que façam isso. E professor, para fazer isso, precisa ter contato com o aluno. Então, nós precisávamos recuperar a dinâmica de aulas nas nossas escolas. As nossas escolas, elas tinham um período de aula em contato com o professor que era conturbado, ele era misturado com refeições, ele era interrompido demasiadamente e criava muitas dificuldades para a continuidade do trabalho do professor. Professor tem que estar em contato com esse aluno diariamente, nos 200 dias letivos, de uma forma previsível para a família. Então, esse foi o primeiro movimento. Esse primeiro movimento foi bem sucedido, nós concluímos a implantação da nova

rotina, que é constituída de quatro horas e que se casa muito bem com o desenvolvimento da educação integral. São quatro horas, mais três horas à tarde, e estamos trabalhando sobre a educação integral nesse semestre. Vencida essa etapa, cuja discussão será retomada agora em setembro – o que não acontecia antes –, quando nós vamos discutir o calendário de 2018 em 2017. O calendário das escolas sempre foi discutido no ano em curso, havia alguns alinhamentos no ano anterior e no ano em curso era discutido o calendário; foi o que fizemos neste ano, porque era a prática da rede, homologamos todos os calendários das escolas, que estão paulatinamente sendo publicados no Diário do Município. Os senhores podem acompanhar essas publicações dos calendários das nossas unidades escolares. Vamos retomar essa discussão agora em setembro, preparando o ano de 2018. Então, vamos voltar a discutir a rotina no sentido de preparar um calendário que seja aprovado até dezembro, para que todas as escolas tenham a partir de janeiro clareza sobre como vai andar o seu ritmo, e para que os pais tenham essa informação, saibam quando serão os feriados, saibam quando serão as formações, saibam quando não terá aula na escola, porque haverá uma reunião pedagógica que fecha toda a escola – isso pode acontecer uma vez por mês. Essa previsibilidade é fundamental. Esse foi um movimento que se fechou em parte e agora se abre novamente para ser fechado no final do ano e aí adquirimos o ritmo para os próximos anos de sempre fazermos a discussão do calendário no ano anterior, fazendo as definições. Com isso nós vamos definir recursos humanos, vamos ter uma visão - começamos agora no início de setembro – e vamos fazer uma previsão de recursos humanos para atender essas escolas, fazemos no tempo hábil. Uma vez tendo implantado o calendário, nós fizemos a nomeação, apurando a necessidade de recursos humanos, estamos a essa altura com mais ou menos cem professores já empossados, e os demais estão vindo. É um processo que aceleramos, mas ainda assim ele tem os seus percalços, e vamos fazer o mesmo estudo para que no ano que vem a gente tenha essa possibilidade de antever as necessidades de recursos humanos. Face a isso, fizemos um segundo movimento importante que foi o movimento de começar a entender melhor os termos acuidade nos dados que vêm da educação para jovens adultos, que é a EJA. Como foi esse movimento que nós fizemos? Ele é um movimento que na verdade tem repercussões fáticas apenas para o ano que vem, mas ele repercutiu socialmente agora de uma maneira que precisa ser então esclarecida. Eu venho aqui, então, esclarecer aos senhores o espírito desse movimento que foi feito, qual a lógica que está por trás dele e quais as suas consequências.

A educação dos jovens adultos é um programa que foi instituído aqui em Porto Alegre pioneiramente nos anos 1980, depois disso foi regulamentado em lei federal; então, é um programa que acontece no Brasil todo e visa, exatamente, no campo do Município, atender a educação fundamental para aqueles que, tendo ultrapassado a idade de frequentar os nossos cursos ordinários, precisam então ter um atendimento especial os jovens e adultos que não fizeram a educação fundamental e que precisam ter a educação fundamental feita. Podemos dizer então que, nos moldes que temos hoje a EJA, nós temos um programa que tem 20, 22 anos de idade em funcionamento. Os dados que nós temos são muito precários. Ao contrário do que

acontece com a nossa educação do fluxo ordinário que nós temos, aqui os diretores faziam as matrículas dos seus alunos, inseriam isso no sistema, e, como os alunos têm mais de 18 anos, nós não temos nenhum controle efetivo como as Ficais sobre a infrequência, então nós temos aqui uma dificuldade muito grande de entender qual é o universo e a necessidade desse aluno.

Nos nossos registros, hoje os dados são de 4.986 alunos matriculados; desses, nós temos, nos anos iniciais ou T iniciais, 42% de alunos entre 15 e 19 anos e 58% de alunos com mais de 20 anos. Eu chamo atenção para esse dado que é para a gente entender qual a natureza da EJA e qual deve ser a política que estamos defendendo, na verdade qual a política que o legislador, quando criou a EJA, tinha na cabeça. Nos anos T iniciais, nós temos 58% de pessoas com mais de 20 anos; quando nós avançamos para os anos finais, nós temos 76% de alunos de 15 a 18 anos, e 24% da população com mais de 20 anos. Esse dado diz duas coisas; na verdade, são dois fracassos que temos que trazer para nós. Primeiro: os alunos que estamos mandando para a EJA são alunos que fracassaram nas nossas escolas. O nosso sistema não deu conta desses alunos jovens de 15 anos, que estão sendo enviados à EJA. Nos anos finais, sobretudo, que são os anos em que perdemos muitos alunos, pelo nosso fluxo hoje temos uma defasagem muito grande, são alunos que estão sendo recuperados pela EJA. Estão sendo colocados na EJA jovens que o nosso sistema não conseguiu formar adequadamente. Quando foi criada a EJA, era uma situação em que tínhamos uma demanda reprimida de alunos que não tinham frequentado a escola, queríamos universalizar a escola. Estamos lidando agora com uma situação em que nós produzimos os alunos que estamos atendendo na EJA. Então me parece que é muito importante que a gente entenda que o projeto de educação de jovens e adultos é um projeto que tem que ter uma terminalidade em algum momento porque se a nossa escola funcionar, se conseguirmos atender os adultos que, de fato, não estão conseguindo ir à escola, em algum momento teremos formado todos no ensino fundamental. O dado que eu dei antes mostra que a população adulta, a maior parte da população, nos anos iniciais de EJA, não está indo para os anos finais. Então, a nossa educação da EJA também tem falhado no sentido conseguir formar o adulto com mais de 20 anos e levá-lo aos anos finais. Estou dando esses dados para vocês entenderem qual é a motivação nossa de compreender melhor o sistema, entrar nos dados do sistema para conhecê-lo melhor. Essa foi a motivação da Secretaria no sentido de centralizar as matrículas. Eu friso que a centralização das matrículas significa simplesmente que, ao contrário de termos matrículas sendo realizadas diretamente pelos diretores de cada uma das escolas, a Secretária fará, como segue fazendo, mediante o CMET Paulo Freire, especializado em EJA, mediante essa triagem, nós recebemos esses dados para agora entendermos melhor essa demanda. Não significa - friso isso - que a oferta está centralizada no CMET Paulo Freire, significa que as matrículas passam pelo CMET Paulo Freire. Nenhum aluno precisa ir ao CMET Paulo Freire fazer sua matrícula, pode fazer a sua inscrição na sua escola, que vai ser remetida para CMET Paulo Freire. Feita a triagem, nós fazemos, na SMED, a matrícula do aluno. Percebam, então, que há aqui um dado técnico que foi muito mal compreendido, eu reconheço isso, foi uma dificuldade da

nossa comunicação. É claro que, para o funcionário da SMED que trabalha em educação, matrícula não significa, não equivale à oferta, mas para nós, para as pessoas que vivem socialmente, é claro que, quando ela matricula o seu filho numa escola, é porque ele vai estudar naquela escola. Esses dois fenômenos são fenômenos separados, eles já eram separados e continuam separados. Então, o que nós fizemos foi a centralização de um processo, que foi a matrícula, para que a gente enxergasse o que está acontecendo, mas a oferta continuou descentralizada. Por que nós dizemos isso nesse período? Porque justamente nós precisamos preparar os recursos humanos para o ano que vem. Então, na verdade, nenhuma das ações tomadas este ano teria ou tem uma repercussão para qualquer aluno este ano. A não ser os alunos que entram como alunos novos, porque na EJA eles podem se matricular a qualquer momento. Então, esses poucos alunos que podem se matricular, bom, esses alunos podem ser alocados para escolas que congregam e que sejam mais adequadas para algumas matrículas de EJA e nós faremos esse controle. Nós estamos chamando, sim, para nós, a Secretaria, a possibilidade de fazer a alocação dos novos alunos para o sistema de 33 escolas, com vistas a entender melhor o sistema e poder avançar, no futuro, para a especialização e formação desses alunos.

Então, na verdade, eu acho que essas coisas iniciais não contam, desse movimento que foi feito e há aqui uma confusão que lamentavelmente não conseguimos dirimir entre a matrícula e a oferta. A oferta nunca foi centralizada no CMET Paulo Freire, nós não desligamos nenhuma das turmas, nós, simplesmente estamos entendendo melhor os dados, como esses dados não chegam a uma deficiência da Secretaria, sim, nós precisamos entender melhor isso para orientar o sistema para que não aconteça o que está acontecendo, para que não falhemos com os nossos aluno adulto ou com o nosso aluno jovem que está sendo excluído da nossa escola. Acho que posso parar por aqui, o meu tempo terminou, e a gente volta respondendo com vocês as perguntas que têm a fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Adriano. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu gostaria de comentar alguns pontos da fala do Secretário Adriano Naves de Brito. O primeiro deles é o que se refere aos índices de aproveitamento das crianças das nossas escolas. Talvez o Secretário desconheça, mas nós temos dentro da rede municipal desta Cidade uma peculiaridade muito grande. Devido talvez à grande capacitação e qualificação dos profissionais, visto que mais de 80% dos professores integrantes dessa rede de ensino são pós-graduados, e isso não é encontrado sequer na rede privada desta Cidade, nós temos o direcionamento de boa parte do atendimento das crianças portadoras de algum tipo de necessidade especial

para as nossas escolas municipais. Isso é feito, de certa forma, de modo deliberado, inclusive por escolas privadas que negam matrícula a alunos portadores de necessidades especiais, e as próprias secretarias das escolas particulares encaminham esses alunos para as escolas do Município. Isso está sendo investigado já há um bom tempo pela Promotora Danielle Bolzan Teixeira, ela está fazendo uma força-tarefa visitando todas as escolas particulares, obrigando essas escolas a capacitarem seu corpo técnico e a não negarem matrículas para essas famílias, mas 50% aproximadamente das crianças desta Cidade que têm necessidades especiais são atendidas justamente pela rede municipal – cinquenta por cento! A outra metade é atendida pela rede estadual, pelas escolas privadas, ou seja, a demanda recai sobre a escola municipal. E esses alunos portadores de necessidades especiais são estimulados pelos seus próprios professores a fazer essas provas, a realizar esses testes, a prestar esses exames, mesmo que nós, professores, saibamos que o desempenho não será o desempenho aproximado de uma criança que tem todas as suas capacidades ditas normais. Então, são crianças que têm características especiais, mas que são incluídas no processo tanto educativo quanto de provas, seleções, e até mesmo esses índices avaliativos, e isso, de certa forma, tem um impacto negativo dentro do desempenho das nossas escolas. E isso não é, de forma nenhuma, e nunca foi, divulgado pelos gestores, mas não podemos fazer vistas grossas. Então, eu critico muito essa questão da análise fria dos índices da nossa rede municipal. Outra coisa é a questão do calendário discutido ao longo do ano, Os calendários escolares são discutidos, geralmente, em dezembro para o ano seguinte, e são, inclusive, em dezembro, submetidos aos conselhos escolares e aprovados; são discutidos, reestruturados e, finalmente, aprovados. Então, desculpe, Secretário, o senhor está desinformado. As escolas municipais desta Cidade discutem o calendário do ano subsequente em dezembro, ao final de um ano letivo.

Com relação ao EJA, nós já passamos da metade do ano, já passamos do recesso, e não temos ainda um calendário oficial para o EJA. Isso é lamentável, porque, de certa forma, demonstra que a Secretaria Municipal de Educação não tem preocupação com relação a esse serviço prestado a uma parcela significativa da cidade de Porto Alegre. De acordo com os dados do próprio Secretário, nós temos em torno de quatro mil alunos matriculados em EJA, portanto não podemos negar a assistência e o direito constitucional à educação para essas pessoas. Eu posso numa intervenção futura colher os depoimentos feitos pelos representantes da Prefeitura aos veículos de comunicação, demonstrando que a fala inicial é de que a matrícula e a assistência seriam centralizadas no CMET Paulo Freire. Depois a Secretaria viu que a repercussão foi extremamente negativa e voltou atrás, dizendo que esse serviço ainda poderia ser oferecido nas escolas onde houvesse demanda. Voltou um pouquinho atrás porque percebeu que não mudou o quadro, que a repercussão ainda estava negativa, dizendo que a matrícula seria feita através de meio físico nas escolas e depois remetida ao CMET Paulo Freire. Em termos práticos, nós ainda não temos um calendário oficial pela Prefeitura. Tive o trabalho, durante a fala do Secretário, de procurar no *site* da SMED, e não há qualquer informação quanto ao sistema de matrícula, seus calendários, prazos e o início das aulas deste semestre. Portanto, isso demonstra que a SMED faz

pouco caso do EJA. Aproveito o momento em que o Secretário se dispôs a comparecer a esta Casa Legislativa, para afirmar categoricamente que o corpo administrativo das nossas EMEIs, diretores e vice-diretores, está trabalhando doze horas porque não tem efetivo para fazer a liberação dos alunos ao final do turno de atendimento, portanto é um problema grave que deve ser contornado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Bernardo está com a palavra.

O SR. PROFESSOR BERNARDO: Presidente, Secretário, prezados Vereadores, prezadas Vereadoras; hoje de manhã, eu e a Ver.^a Carolina fomos à SMED, Sr. Secretário, conversar com os professores para entender um pouco melhor essa bagunça que está acontecendo. Pasmem, os professores nos contaram que eles ficam sabendo das medidas, como essa da descentralização das matrículas, pela mídia, não pela Secretaria, às vezes quando tem entrevista ali. Pasmem, ninguém está entendendo direito o que está acontecendo nesse processo de descentralização de matrículas, chegam não apenas matrículas do EJA do Fundamental, que é de responsabilidade do Município e que é o que SMED atende, como também chegam fichas de gente querendo se matricular no Ensino Médio. Sejam as escolas das comunidades da periferia, seja a SMED, o qual é centralizado, não está entendendo direito como vão funcionar as matrículas, como será o ano que vem. E não sabemos também, para fazer o debate, se vai ser oferecido o mesmo número de matrículas, se vai haver nas comunidades da periferia.

E uma coisa importantíssima: eu aprendi como professor que, muito mais do que olhar números, temos que olhar sonhos, porque cada aluno, cada aluna que está lá é um sonho. No momento em que, na educação, tu olhas para números como se fosse uma empresa, falhamos como educação. O Secretário falou aqui que os alunos do EJA fracassaram na escola. Eu discordo; a escola fracassou com os alunos do EJA, o Estado fracassou. Nós sabemos que quem tem condições econômicas de dar educação, quem tem alguma renda, uma família estruturada consegue concluir a escola, sim, com qualidade. Quero deixar muito claro que foi a escola que falhou com os alunos. E digo mais: se não tiver mais EJA nas comunidades, se a gente olhar os alunos como números e não como sonhos, nós vamos falhar mais uma vez, agora, como adultos, no EJA.

Então, preocupa-me muito saber exatamente quais são as informações, porque os professores que estão realizando as matrículas não sabem também: se vamos manter os mesmo número de vagas, se vai ter nas periferias essas vagas. Se não disponibilizarem nas periferias as vagas do EJA, estamos diante de um combo maligno, e falharemos potencialmente. Porque se a gente não oferecer o EJA na periferia – e sabendo que uma das principais causas de evasão do EJA é não conseguir bancar a passagem do ônibus –, o combo maligno ainda é tu restringires a segunda passagem do ônibus com o pacote do Marchezan. Ou seja, será um desastre na educação dos jovens.

Então eu quero deixar muito clara uma pergunta. Qual será o número exato de vagas e se vamos manter ou não os EJA na periferia? O CMET falou que não tem condições de atender.

Brevemente, para falar na questão da demanda, de novo a gente está com uma visão completamente distorcida. Não temos que pensar em quantas pessoas estão pedindo matrícula no EJA, a gente tem que pensar em buscar quem deveria estar formado e não está. Porque eu sou da educação popular e sei que tem muito aluno na periferia que nem sabe que a universidade é de graça, não sabe o que é um vestibular, não sabe o que é um EJA e não sabe se pode concluir o ensino fundamental. Então a preocupação com a demanda é: quantas pessoas deveriam ter concluído o ensino fundamental no Município e como é que nós vamos buscá-las e criar estrutura para poder conseguir atendê-las?

Outra questão que quero trazer para o Secretário é que estávamos ontem na Frente Parlamentar debatendo a questão do Adote um Escritor. A responsável pela pedagogia fez uma declaração dizendo que estamos falhando na questão da qualidade e que o Adote um Escritor não está gerando resultados. Vimos muitas lágrimas ontem de diretores de escolas, de escritores dizendo que não se pode mensurar em número o tamanho do projeto que é Adote um Escritor. Eu vou explicar brevemente para os colegas. O Município compra uma quantidade de livros de escritores que a escola escolhe, eles têm todo o ano para ler aquele livro, fazer peças de teatro, musicais, trabalharem na escola com aquele livro. No final do ano vem o escritor, por um cachê de, se não me engano, R\$ 500,00, para fazer um debate com a escola. E esse é um momento muito rico na escola. E quando acontece isso no EJA é mais rico ainda porque falaram os diretores que é uma das estratégias de se evitar a evasão, porque eles se envolvem com o projeto.

Para concluir então, também é uma grande confusão porque os diretores da escola não sabem se vão comprar os livros, se vão comprar de sete autores ou de todos, se vai ser pago o cachê ou não. Ou seja, de novo falha a comunicação e de novo escutamos que todas as informações que eles sabem são pela mídia e não pelo Executivo, não pela Secretaria. E os escritores estão falando que não continuarão no projeto se não for para adquirirem os livros, se for só para dar uma palestra e não houver uma leitura real. Para concluir, então, eu quero trazer mais uma vez: no momento em que a gente vê a educação apenas como números, como uma empresa, é impossível acertar na educação e seguiremos fracassando. Temos que ver a educação como sonhos. Obrigado, colegas. Obrigado pela atenção, Presidente e Secretário. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Carolina Rousseff está com a palavra.

A SRA. CAROLINA ROUSSEFF: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu ouvi, Secretário, muito atentamente a tua fala, e gostaria que tu me esclarecesses algumas questões. Começaste falando de profissionalização no Ensino Fundamental. Eu sou estudante de Magistério e eu sei que não se pode profissionalizar crianças. Qual é a faixa do Ensino Fundamental? De 6 a 14 anos. Claro que a gente sabe que existem exceções, mas esta é a faixa. Como vamos profissionalizar crianças? E qual é o sentido disso? Aí tu vens aqui e falas que é para ir para o mercado de trabalho e falas em defesa da educação, mas o sentido que a gente quer construir uma mão de obra já no Ensino Fundamental para incentivar... Porque, bom, se a criança, com todo o estado de caos que nós estamos vivendo, a família não tem dinheiro, ela não vai ter incentivo para continuar o ensino médio e, posteriormente, o ensino superior, porque, bom, ela já vai ter um curso. E assim, eu gostaria de saber com quais profissionais da área da educação foi debatido isso, porque todo o mundo sabe que não se pode profissionalizar crianças. É inadmissível isso, é contra a Constituição, inclusive.

Outra questão importante em relação à qual eu gostaria de fazer uma ressalva, que o Professor Bernardo já fez, mas eu gostaria de repetir, é quando o senhor fala da questão de que o aluno falhou com o sistema. Não é verdade. O aluno do EJA não falhou com o sistema. O sistema educacional, que é ultrapassado, é que falhou com o aluno do EJA. Então, eu não gostaria que o senhor repetisse isso, porque isso é uma questão do sistema educacional, e não do aluno. E a gente tem que prestar a atenção na vida do aluno, na situação socioeconômica desse aluno e não afirmar que ele falhou com o sistema.

Por último, a questão do transporte, que está muito latente hoje. E a gente vê aqui que o senhor fala em educação, mas eu gostaria de saber a sua opinião sobre o corte no meio passe estudantil, porque isso vai causar evasão escolar, sim. A partir do momento em que se estipula uma faixa de salário da família para esse aluno, isso vai causar um corte e vai causar evasão escolar, sim. Porque com o preço da passagem no valor que está, alunos não vão conseguir chegar nas escolas, considerando que muitos alunos não têm escolas minimamente na periferia onde eles moram. E eles têm que chegar até o centro, infelizmente, para poderem estudar, pegando dois ônibus muitas vezes. Então, essas são questões que eu gostaria que o senhor esclarecesse, porque eu, também como estudante de magistério, gostaria que isso ficasse claro; e, além disso, como estudante, eu me vejo afetada nos meus colegas, nas crianças que estão aí nas escolas. Então, era um pouco disso que eu gostaria de saber. Obrigada. Era isso, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Espero que consigamos, com este diálogo franco e direto, ter uma evolução

como devemos ter na educação em Porto Alegre. Porto Alegre sempre foi uma cidade muito badalada em várias questões na área da educação. Acho que tivemos, indubitavelmente, grandes avanços. Eu, aqui, certa feita, em 2005, fui Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Fizemos bons debates vimos os dilemas do tema seriado, porque na época aqui estava a Vereadora que foi Secretária de Estado, que tinha questionamentos sobre o sistema de Porto Alegre, que não é um sistema seriado, é um sistema diferenciado. E não é por ser um ou outro sistema que vai dar certo; o que vai dar certo é um conjunto de atitudes. Eu acho que nesse sentido nós temos que dialogar o EJA. Acho que se tem uma coisa aqui no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que nós tivemos muito avanço, e eu acompanhei isso ao longo dos anos, foi no EJA. Mas vi também, Secretário Adriano, que tem muita confusão. Vossa Senhoria colocou bem aqui essa questão das idades. O problema é que nós também criamos dificuldades na escola pela qual nós somos responsáveis. E talvez nós não planejamos muito bem essa questão da comunidade escolar para dar suporte a esses jovens que, com uma facilidade incrível, saem das escolas. Mas era pior, porque antes o Conselho Tutelar não funcionava como hoje. Não que eu tenha uma paixão por esse Conselho Tutelar dos dias atuais, mas, Secretário Adriano, mudou para melhor. Então nós temos algumas formas, não sei se chama Ficai, para acompanhar algumas questões. Então eu queria fazer um apelo, um apelo para o senhor cuidar da questão do EJA como se cuida de um filho, porque é um problema você ver essa evasão. E se nós não tivermos um carinho na volta desse jovem para o banco da escola, ele sai de novo. Aqui na Câmara tem um assessor meu que já trabalhou noutra feita comigo, agora trabalha de novo, é motorista, voltou porque eu insisti para ele terminar o ensino fundamental, e vai, agora, não tenho dúvida, terminar o ensino médio, em uma retomada, depois de ter filhos já casando. Ou seja, as pessoas motivadas e com alguma condição voltam. Agora, Secretário Ariano, atente: necessitam de passagens também. Hoje eu conversei com algumas pessoas da área de educação, professores, e me chamaram a atenção o que tem de jovem que precisa pegar dois ônibus. Por isso esse questionamento, e não é da minha Bancada e nem é dos companheiros do PSOL que formam aqui o chamado bloco de oposição, nós temos um grupo imenso que está questionando essa questão da segunda passagem. Diminuir de 75 passagens para 50 passagens, depende, nós temos que chegar a um denominador, porque tem gente que precisa mesmo. E não é só para ir cinco dias por semana, sábado tem que fazer trabalho de escola, tem que se reunir com o pessoal, nós temos que estar abertos a isso. Eu não vou fazer um discurso sobre transporte coletivo, porque isso é em outro momento. Então eu faço esse apelo a Vossa Senhoria, que se preocupe com isso, atente para isso e nos chame, chame um grupo de professores. Neste ano, quando voltei para a Câmara, me engajei, com a Ver.^a Fernanda Melchionna, na Frente Parlamentar de Incentivo ao Livro e à Leitura. Fizemos uma reunião ontem, sou relator dessa Frente. Há um clamor pelo Adote um Escritor. Secretário Adriano, essa verba é minúscula. Livro é tudo, se eu estou hoje aqui, em Porto Alegre, é por que lá, na pequena Cunha Porã, no interior de Santa Catarina, um médico doou todos os seus livros e formou uma biblioteca. Na minha casa, tinha três livros, e o meu pai, analfabeto, fez de tudo para que eu estudasse. Eu me formei em

letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e me tornei professor de literatura. Estou aqui Vereador. Atente para a questão do Adote um Escritor. Atente para isso, Secretário Adriano, e nós vamos lhe agradecer, a Cidade vai lhe agradecer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra.

O SR. MATHEUS AYRES: Boa tarde a todos, colegas, Vereadores, Vereadoras, funcionários da Casa, aos que nos acompanham nos gabinetes, Presidente Cassio. Secretário Adriano, muito obrigado por vir à Casa dos grandes debates de Porto Alegre, que é a nossa Câmara Municipal. Escutei atentamente a fala do senhor e a dos colegas, especialmente a do colega Alex Fraga, que é o que mais compartilha comigo conhecimento. Nós sentamos perto um do outro, e eu sou originário da rede privada, sempre dei aulas na rede privada, no colégio Anchieta, no Colégio Rosário, no Champagnat, para muitos alunos, e o Ver. Prof. Alex Fraga é da rede municipal. Então, neste meu primeiro mandato, eu compartilhando conhecimento com o Alex Fraga, e ele tem me ensinado bastante sobre as rotinas do Município. Eu preciso aprender para falar sobre esse tema. Escutei atentamente as falas e gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário, para que possa nos ajudar a compreender esse caminhar. O senhor cita a rotina que será discutida em setembro. Então, pragmaticamente, eu gostaria de escutar do senhor, em setembro, quando acontecer a discussão, quem vai participar dessa discussão, e como se dará essa discussão em setembro. Quem e como. Sobre o EJA, foi falado aqui sobre o fracasso. Talvez a gente tenha usado os termos errados, mas, por fim, um hora o fracasso do aluno, outra hora o fracasso da escola. Se os termos não foram usados errados, tendo a discordar dos dois posicionamentos, tanto do Professor Bernardo quanto do Secretário, porque acredito que o fracasso é nosso – e o nosso não é do professor da rede municipal, aliás, temos grandes e valorosos professores na rede municipal –, o fracasso não é do aluno, o fracasso é nosso, é de toda a cadeia. Ver. Dr. Thiago, quando a família passa por uma situação de dificuldade na saúde, na periferia, muitas vezes aquele jovem tem que abandonar a escola para cuidar da sua avó, do seu avô. Fracassamos na saúde, vai respingar na escola depois. Quando fracassamos na segurança, temos diversas escolas municipais nossas em que uma hora ou outra, infelizmente, a aula é interrompida por tiros, e aí talvez o jovem não queira mais ir para a escola, e a família com medo, com receio, não envia mais para a escola. Então o fracasso é nosso! Enquanto continuarmos apontando para alguns atores e não para o nosso peito e para todos nós, acredito que continuaremos discutindo, parlando, e não vamos resolver a situação. A responsabilidade também é nossa, minha, como parlamentar, então apenas aproveitando esse momento de reflexão, gostaria de deixar registrado o meu posicionamento: o fracasso, se ele existe, é nosso, de nós, parlamentares, que não conseguimos estar mais presentes, é da SMED, talvez da saúde, da segurança, da FASC. É nosso! Por isso que o aprender e ensinar na escola municipal

não fica preso somente ao aluno e professor, mas ele transborda para outras áreas. Por isso que a sala de aula e o colégio não pode olhar apenas seu aluno, o educando, de uma maneira isolada. A escola tem a responsabilidade de ajudar também, quando pode, na assistência, na saúde, na segurança.

Quanto ao EJA, eu me assustei também, Secretário, e incomodei bastante o senhor, e até peço desculpas por isso, mas incomodei bastante o senhor e sua assessoria, pois a primeira informação que chegou foi de que seria apenas na escola Paulo Freire e ficamos assustados com aquela informação. Louvo a atitude e inclusive a sua fala, de deixar bem claro aqui que a matrícula é centralizada no Paulo Freire, e não precisa ser presencial, e que será dada continuidade às nossas aulas na periferia, principalmente. Louvo essa atitude.

Quanto ao programa Adote um Escritor, tenho conversado com o senhor bastante sobre isso, é um programa que conheço, a Câmara do Livro é minha parceira, eu conheço os atores, os protagonistas que desenvolvem esse projeto, e nós conseguimos articular uma reunião ontem pela manhã, do senhor, da SMED, com a Câmara do Livro para falar novamente da Adote um Escritor, porque já houve uma reunião em fevereiro, se não me engano. Se o senhor pudesse falar sobre o Adote um Escritor, no seu tempo não deu, mas agora no seu momento de respostas o senhor poderia falar também sobre Adote um Escritor, quais foram os encaminhamentos de ontem para hoje já, para que a gente possa compreender melhor como ficou a situação. O Prof. Alex Fraga fez uma denúncia muito contundente, a qual eu realmente não sabia e quero me somar ao senhor em relação às escolas particulares, negando a matrícula às crianças com necessidades especiais. É gravíssima essa denúncia que o senhor fez aqui nesta tribuna. Então, eu quero me colocar ao seu lado aqui na tribuna e dizer que nós precisamos fazer uma frente, uma pressão em relação ao Simpro. Eu e o senhor temos um trânsito muito bom no Sindicato aqui de Porto Alegre. O Sindicato precisa ser nosso parceiro na fiscalização das escolas particulares em relação à denúncia que o senhor fez. E quero convidar a SMED também a entrar nessa força-tarefa, nós precisamos, é uma força-tarefa. Isso é um absurdo, o que nós vimos ontem à noite em Brasília. O absurdo que aconteceu ontem à noite, não se dando prosseguimento à investigação em relação ao Presidente Temer é um reflexo da cultura o jeitinho brasileiro. Nós infelizmente estamos numa cultura corrupta. Para concluir, o brasileiro é criativo, é divertido, é inteligente, é empreendedor, é inovador, mas nós temos no nosso DNA cultural o jeitinho brasileiro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu queria iniciar, primeiramente, encaminhando ao Presidente desta Casa e aos membros da Mesa Diretora a proposta de que, já que a gente recebe muitos documentos do Ministério Público, do Ministério

Público de Contas, de todos os tipos de ministérios públicos, a gente encaminhe ao Ministério Público, oficialmente, em nome dos 36 membros desta Casa, um documento, para que o Ministério Público tome providências em relação a essas escolas particulares que estão negando matrículas às crianças especiais, deficientes, às crianças que têm procurado essas escolas, negando suas matrículas, seus acessos, conforme o Prof. Alex falou – o senhor encaminhe isso para nós tomarmos as devidas providências junto ao MP, aos órgãos necessários, em nome de toda a Casa, para a gente agilizar essa questão.

Ouvi atentamente todos os Pares, queria iniciar me referindo à questão que foi falada aqui: todo o período, anualmente, em dezembro, é discutida a questão do calendário escolar, é discutida a forma como as escolas atuam, trabalham, e todo ano a nossa Cidade vem diminuindo, gradativamente, os índices de escolaridade infantil. Isso já foi debatido nesta Casa, e não foi nem uma, nem duas, nem três vezes, vem sendo debatido desde o início do ano, nós já estamos em agosto. Os nossos índices estão abaixo de Palmas, estão abaixo de Teresina, não vou repetir todas as cidades; os índices mostram que a educação da nossa Cidade é uma das piores do Brasil. Acho que o Secretário Adriano, quando assumiu, tinha que dar um choque de gestão, tinha que trazer esse tema à tona e à discussão na Cidade. Tudo que se transforma choca no início. Eu acredito que o Secretário, toda vez em que foi chamado numa escola, sendo que em várias eu estive presente... Várias me trouxeram, eu liguei para ele, ele agendou e foi. Ele e a sua equipe têm sido incansáveis nessa questão de estar presente nas escolas, ver as demandas, ver as dificuldades, então eu acho que isso vai ser amadurecido. Nós estamos mudando uma filosofia, estamos mudando um critério que vem sendo adotado na nossa Cidade há mais de 25 anos, mais ou menos. Em um período, até pode ter dado certo, mas, comprovadamente, não vem dando certo há um bom tempo.

Eu também ouvi que o estudante não tem renda, não tem estrutura familiar; quem falhou foi a escola. A escola não falha. Se a pessoa não tem renda, não tem estrutura familiar, não é a escola que falha. Eu, que venho de uma família humilde – meu pai é funcionário público estadual, cabista, e minha mãe é empregada doméstica –, passei muita necessidade, passei fome nesta Cidade, trabalhei desde os 9 anos de idade. Eu não tinha renda, tinha uma estrutura de família, mas não foi a escola que me educou, não foi a escola que me forjou. O papel da escola foi me dar conhecimento, foi me dar cultura, foi me dar educação; a escola não forja ninguém, a escola orienta as pessoas, ela dá cultura para as pessoas; quem forja as pessoas é a família. Quem educa as pessoas, quem forja o cidadão é a família; não é o papel da escola fazer isso. Estamos completamente equivocados se estamos achando que esse é o papel da escola. O papel da escola é educar as pessoas, é levar o conhecimento às pessoas; o papel é da família – isso nós temos que rever, com certeza.

Digo que o Secretário voltou atrás na questão da EJA. Essa EJA, conforme eu estava falando com o Secretário Bosco, tem uma ligação muito grande com a Secretária Cleci, que fez isso quando era Secretária de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: A Secretária Cleci fez modificações em vários pontos da cidade de Porto Alegre. Juntou duas, três escolas que tinham dois, três, seis, oito alunos para aplicar o EJA. A Secretária fez isso, e nem por isso nós tivemos toda essa questão ideológica. E foi dito aqui que o Secretário voltou atrás. Eu complemento com uma frase do Juscelino Kubitschek: “Costumo voltar atrás, sim! Não tenho compromisso com meus erros.” Então, eu o parabeno, porque o senhor voltou atrás e nós temos que fazer isso quando a gente erra. Já aproveito para pedir ao Prefeito Marchezan que volte atrás na questão do projeto do transporte, porque realmente é um erro na cidade de Porto Alegre. Também não entendi a fala da colega Ver.^a Carolina Rousseff, quando ela fala que o EJA é para os pobres da periferia e também quando ela fala em relação à passagem, sobre o critério que tem que adotar, qual seja, da renda familiar. A educação em Porto Alegre é voltada para os pobres. Eu defendo um critério a ser adotado, não somente para os estudantes, mas no todo, tem que ser pela renda familiar. Nós temos que ajudar as famílias que ganham menos. O critério da renda familiar não vai impedir ninguém de estudar, de ter acesso à saúde, às políticas públicas. Há uma grande distorção na questão das isenções, porque não tem critério nenhum! A pessoa pode ganhar 40, 50, 15 ou somente o Bolsa Família que ela terá isenção. Sou mais radical ainda, acho que a família que ganha o Bolsa Família, a pessoa que está desempregada há um tempo, teria que ter total isenção no sistema de transporte de Porto Alegre. Acho que esse critério de renda teria que ser adotado em várias coisas, não só em Porto Alegre, mas no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

Quero dizer, Secretário Adriano, que, como Líder do Governo, fico satisfeito que o senhor, assim como o Secretário Erno, toda vez que esta Casa pediu, o senhor aqui esteve presente esclarecendo todas as questões que aqui são levantadas para discutir, principalmente, esse alicerce que forma os cidadãos do nosso Município que é a educação. Muito obrigado, por o senhor, quando pedido, ter vindo aqui de imediato e estar aqui presente discutindo esse tema de grande relevância para nossa Cidade, para formação dos jovens, dos nossos cidadãos, que é a educação no nosso Município.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO: Secretário Adriano, eu quero dialogar com o senhor em cima de algumas constatações, em cima de um diagnóstico científico que a Prefeitura fez há alguns anos e que corresponde hoje a completa realidade dos problemas que imbricam saúde e educação. O principal fator determinante da evasão escolar na periferia da Cidade, na região que mais cresce em Porto Alegre, Secretário Adriano – que é a Restinga, Belém Novo, Ponta Grossa e Lami –, o principal fator determinante da evasão escolar é a gravidez indesejada das adolescentes, é a gravidez indesejada das adolescentes!

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. DR. THIAGO: Este gráfico aqui, Sr. Secretário, não foi construído por mim, foi construído por um conjunto de secretarias em 2004 e renovado depois em 2008, 2010. Lá estava, à época, a Secretaria de Governança, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Educação. Esse gráfico foi construído em cima das escolas públicas municipais daquela região. Note bem, dos 7 aos 14 anos, 96,8% das meninas estão na escola; dos 15 aos 17, esse número é de 21%. As conclusões que se tiveram desses estudos é que elas deixam a escola porque engravidam, Secretário. Trinta por cento das grávidas do Extremo-Sul são gestantes adolescentes. Então, não se pode falar em evasão escolar – falei para o Secretário Erno há dois dias –, sem falar de prevenção da gravidez na adolescência. Nós temos que ter em Porto Alegre um programa que já tivemos na gestão do Dr. Pedro Gus, de prevenção da gravidez na adolescência, não é obrigar as meninas a não engravidarem, mas é fazer com que elas tenham alternativas, elas não estão tendo alternativas, elas estão sendo condenadas a ficarem grávidas sem querer. É essa a reflexão que lhe peço que faça junto com o Secretário de Saúde, nos ajude a mim e ao Dr. Goulart. Nós temos tecnologia médica para poder utilizar métodos consagrados nos países desenvolvidos que deram a oportunidade para as suas mulheres de poderem escolher quantos filhos vão ter, é disso que nós precisamos em Porto Alegre. Nós precisamos dar oportunidade das mulheres escolherem quando vão ter os filhos e quantos filhos querem ter. Nós precisamos dar oportunidade aos homens também companheiros dessas mulheres de poderem escolher não serem pais, ou serem pais no momento que querem ser. O que está acontecendo aqui, e está acontecendo em todo o País, é que os adolescentes não estão tendo essas oportunidades. Quando esse projeto de planejamento familiar foi empregado, a taxa de natalidade naquela região caiu quatro pontos percentuais, a mortalidade infantil caiu quatro pontos percentuais, porque a gestante-adolescente tem risco de morrer três vezes maior, e o filho dela também, isso é epidemiologia. Ela ainda não está com o corpo formado para poder ser mãe, a medicina explica isso.

Eu lhe peço e reitero que, numa ação conjunta com o Secretário da Saúde, possa nos ajudar a instituir um programa que dê a possibilidade de as mulheres escolherem quantos filhos vão ter, e não continuarem sendo obrigadas a ter gestações indesejadas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores; boa tarde, Secretário, é um prazer recebê-lo na Casa; agradeço pelos esclarecimentos. Durante sua fala, foram colocados alguns pontos que eu vinha questionando a respeito das informações da educação. O que eu gostaria de deixar como reflexão, aproveitando o

seu comparecimento na Casa, é que eu acredito que existe um consenso nesta Câmara de que o modelo de educação do nosso ensino municipal faliu, isso está dado, ele está quebrado, ele não entrega o resultado a que se propõe e consome muito recurso para isso. Até os donos deste modelo não conseguiam entregar o resultado que pretendiam. Se a gente precisava fazer modificações em nível federal, tivemos alguns partidos que desenvolveram muito do que a gente tem como educação hoje no Brasil. Estiveram no Governo Federal por mais de um mandato, puderam fazer essas mudanças; estiveram no Governo Estadual para fazer essas mudanças, estiveram no Governo Municipal para fazer essas mudanças, e, no final das contas, nós não temos esses resultados, embora nos tenhamos um dos maiores custos por aluno no Brasil, entre as Capitais, entregando um dos piores resultados em termos de aprendizado.

A única coisa prática que se fez em todo esse tempo foi muito proselitismo político em torno da pauta da educação, aumentar gastos para a educação, mas esqueceu-se de ver os resultados. Aí me surpreende quando não só o suplente do PT que veio aqui falar, como recorrentemente alguns Vereadores do PSOL vêm falar que a gente, às vezes, precisa deixar um pouco a parte empresarial da gestão, os resultados, os indicadores de lado, para olhar para sonhos. Pois eu gostaria de entender como é que a gente entrega resultados, que é o que interessa, sem fazer gestão, sem olhar para indicadores, ignorando que temos hoje 36% dos professores afastados por licença médica ou incapacitados, ignorando que temos um dos piores IDEBs do Município, ignorando que o nosso aluno tem um grande índice de abstenção e de faltas, ignorando que estamos perdendo os nossos alunos na nossa rede municipal. Então, parece-me lógico que depois desse tempo que eles tiveram para tentar implementar aquelas mudanças que eles dizem ser necessárias e não conseguiram, parece-me lógico que eles peçam agora que a gente não olhe para números, não olhe para gestão, não faça gestão. Tocaram fogo, incendiaram, acabaram com o prédio e querem botar vendas nos bombeiros! A gente precisa, diante da situação em que nos encontramos, e diante do que vejo por parte do Executivo, as suas constatações, como eu escuto a oposição, como eu escuto a base do Governo falar sobre os problemas da nossa educação, a gente precisa de mudanças já e profundas na forma como a gente entrega a nossa educação. Não faz sentido a gente manter a mesma forma de fazer as coisas se a gente quer resultados diferentes, e Porto Alegre precisa de resultados diferentes. A gente não pode relegar aos nossos alunos um ensino de tão ruim qualidade como o que eles estão recebendo hoje. E para não ficar só na crítica, eu gostaria de deixar dois questionamentos ao Secretário que dizem respeito ao que pretendem fazer a partir de agora. Um deles é sobre essa questão que venho batendo, do que se fará a respeito desses 36% de ausência de professores em sala de aula por licença médica ou incapacidade, e também o que se fará para que consigamos melhorar a avaliação dos nossos alunos, já que nós gastamos muito e temos muito poucos resultados. Sei que algumas das iniciativas já estão sendo comunicadas, já estão inclusive sendo debatidas aqui no plenário, mas eu gostaria que esses planos de ação fossem o mais concretos possíveis, porque, ao contrário do PT, eu, sim, quero ver números, quero ver estatísticas, e quero ver planos de ação. Para mim, educação se resolve com gestão, não

tem como ignorar isso e ficar achando que discutir sonhos e interesses não passam por boa gestão para entregar esses sonhos. A gente precisa mudar. Eu gostaria de deixar uma breve colaboração nesta pauta, pegando um gancho positivo do que o PT fez enquanto governo, que foi o programa do Fies. O Fies é muito interessante sob a perspectiva de alocar uma parte dos recursos do Governo Federal, conceder esses recursos a estudantes para que eles possam ter a liberdade de escolher onde querem cursar seu ensino e aí, sim, as universidades podem concorrer por aquele aluno. Existe uma lógica de incentivos muito bem colocada para que se melhore o ensino, ainda que se questione bastante a qualidade desse ensino, mas o Fies é um programa interessante. E gostaria de deixar a provocação para que o Município pensasse cada vez mais e provocasse o debate em torno de programas parecidos como Fies, mas para o Município, como o uso de Vale Escola, onde esse mesmo valor que a gente gasta anualmente com o aluno no ensino municipal pudesse ser concedido para famílias de baixa renda poderem matricular seus filhos em colégios privados, que aí, mesmo que fossem em um piloto, para 30, 40, 50 alunos, a gente pudesse iniciar uma quebra de paradigmas de como a gente entrega a educação no nosso Município. Esta é a minha colaboração para o debate. Agradeço novamente a atenção do Sr. Secretário e de todos os colegas. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde, Secretário Adriano, obrigada pela sua presença; eu sei que o senhor veio aqui na tarde de hoje para falar sobre o Ensino de Jovens e Adultos – EJA, matrículas na rede, adoção de um escritor. E gostaria, Secretário, de lhe informar que, na época em que fui Secretária de Estado da Cultura, existia um projeto do Instituto Estadual do Livro que se chamava Autor presente. Esse projeto tinha como objetivo incentivo à leitura, e escritores iam às escolas interagir com alunos que já haviam lido seu livro. Porque nós sabemos que o livro, sem dúvida nenhuma, é o maior instrumento cultural capaz de despertar crianças e adolescentes para o imaginário, trazer cultura.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Mas eu estou aqui, especialmente hoje, para lhe pedir para assistir dois vídeos – são rápidos. O primeiro vídeo mostra um policial militar passando em frente a uma escola pública no Brasil. O segundo vídeo mostra militares desembarcando de suas missões em um aeroporto nos Estados Unidos.

Eu lhe peço, Secretário que invista na educação de base. Esses dois vídeos mostram claramente que investimento na educação, que país que investe na educação de base tem esse resultado. Nós precisamos focar na atenção nas nossas crianças. E as

mães, as mulheres, as famílias que precisam trabalhar têm que contar com essa educação com segurança e com foco. Por isso subi à tribuna, para mais uma vez reforçar esse meu pedido. Eu sei que o senhor tem como objetivo a educação de base, o ensino fundamental. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Cláudio Janta, presidindo os trabalhos neste momento; Secretário Municipal de Educação, Adriano Naves de Brito; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias. Toda a educação é importante, Ver. Felipe Camozzato Aqui se abordaram muitos temas, e o Secretário agora vai ter condições de responder os questionamentos que foram colocados pelos Vereadores. Vou me ater a uma parte que acredito não foi abordada, que é a questão da educação infantil, especialmente em relação às nossas conveniadas. Nós tivemos, ao longo da Legislatura passada, duas comissões especiais que abordaram o tema da educação infantil, em especial, Ver. Matheus, as nossas conveniadas. Eu fui relator da primeira comissão especial, presidida pelo Ver. Airto Ferronato, que continuou Presidente na segunda etapa da Comissão, não me recordo quem foi o relator, mas acredito que fizemos um profundo trabalho de análise em relação à educação infantil, as nossas antigas creches, ainda conhecidas como creches, mas tecnicamente chamadas de educação infantil conveniadas. A prática dos convênios, Ver. André Carús, vem de muito tempo em Porto Alegre, vem desde a época em que a educação infantil não era da área da educação, as creches eram da assistência social. E essas entidades, essas creches se formaram, Ver. Felipe Camozzato, literalmente, de forma voluntária. Eram pessoas que voluntariamente, às vezes, nas suas casas, às vezes, numa associação comunitária, sem auxílio nenhum, apenas com ajuda da comunidade, faziam um trabalho comunitário de cuidadores das crianças porque não existia um sistema formalizado de educação infantil e nem de creches. A Legião Brasileira de Assistência, na década de 1980, assumiu parte dessa incumbência, ainda na área da assistência, muitos prédios foram construídos nessa época, em parceria com as entidades comunitárias. Muitos desses prédios, inclusive, hoje não estariam adequados à legislação vigente da educação infantil. Mas essas entidades foram sobrevivendo, Secretário Adriano, até que formalmente as creches passaram para o ramo da educação e o Executivo Municipal, a Prefeitura de Porto Alegre passou, então, a conveniar com essas entidades para que esse atendimento fosse prestado de uma forma dentro do que preceitua a legislação. São 226 entidades conveniadas, que dentro das comunidades cumprem um papel do Estado. Essa é uma das maiores e melhores parcerias, Secretário Adriano, que inclusive o Tribunal de Contas aponta como algo que fosse pecado não ter

mais escolas de educação infantil próprias do Município, e aponta como se fosse pecado o conveniamento. E a grande maioria das entidades presta um excelente trabalho. Elas têm dificuldades, como foi apontado pelo nosso relatório das comissões, pois os recursos do conveniamento não são muitos, pagando praticamente somente os encargos trabalhistas e, mesmo assim, não existe nenhuma programação, nenhum provisionamento para alguma demissão, esses valores não são provisionados, quando tem que demitir algum prestador de serviço, isso fica a cargo da entidade. Existe mais a questão de não se poder obrigatoriamente estabelecer nenhuma taxa pela prestação do serviço. E acho, Secretário Adriano, que, cada vez mais, a Prefeitura tem que tratar as entidades conveniadas como verdadeiros parceiros. Nós não podemos ter o tratamento como um serviço que a Prefeitura está contratando com alguém, está pagando para que isso seja realizado, até porque isso não seria verdadeiro. É realmente uma parceria. Este Governo, o nosso Governo tem trabalhado muito nas parcerias.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Tempo de Presidente.

O SR. CASSIO TROGILDO: E esta parceria já está estabelecida, que tem que ser melhorada, fiscalizada, mas os parceiros precisam ser auxiliados. Eventuais erros, que normalmente acontecem, na sua grande maioria são em função da falta de auxílio. E especialmente porque são pessoas da comunidade, que estão lá gerindo e administrando uma instituição que hoje é uma instituição educacional, uma instituição de ensino. Então, nós precisamos, sim, focar na preparação desses gestores, no auxílio, e fundamentalmente, eu deixei para o final, tranquilizar as entidades quanto à questão do marco regulatório. O marco regulatório é uma legislação federal, que estabelece um novo regramento para o País inteiro na questão das parcerias e nos conveniamentos com as entidades não governamentais. E quando uma lei é federal ela vem para servir para o País inteiro; na verdade, nós não precisaríamos de marco regulatório. Nós já, durante muito tempo, temos o nosso marco regulatório na assistência e na educação infantil, que é muito melhor, muito mais cuidado, muito melhor executado do que essa legislação que é para tentar ter um nivelamento no País inteiro. O Secretário já me informou, existia por aí uma informação que, no dia 15, haveria um decreto, uma ordem de serviço já regulamentando por parte do Município o marco regulatório, com uma grande preocupação em relação aos critérios que serão adotados para que as entidades possam continuar conveniadas para os novos conveniamentos, mas, em especial para os convênios já existentes. O Secretário me tranquilizou e disse que vai fazer um debate aprofundado, que estão trabalhando, que não havia apresentado ainda porque estão trabalhando, Ver. Prof. Alex Fraga, para que seja uma boa medida, uma medida que venha a ajustar essa relação, que fiquemos adequados ao marco regulatório, mas, com certeza, vai privilegiar não no sentido de privilégio, mas vai priorizar aquelas boas entidades, que são a grande maioria, que já são parceiras do Município e já estão

cuidando das nossas crianças nesse trabalho fundamental. Fala-se tanto aqui em educação, e ela começa lá na educação infantil, sim, e lá nós precisamos acomodar e ter esses parceiros bem cuidados, bem manejados, bem ajustados para que cada vez mais tenhamos um serviço de qualidade.

Então queria, além de agradecer a disponibilidade do Secretário de mais uma vez vir aqui, também agradecer essa disposição de continuar com o diálogo na regulamentação do marco regulatório em relação às nossas entidades conveniadas. Logicamente não só da educação infantil, mas também essa regulamentação vai tratar, com a Secretária Paludo e com a assistente social, das questões das entidades também da área da assistência social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário, boa tarde. Já nos falamos inúmeras vezes e não vou aqui fazer perguntas, Secretário, porque, no dia 15, nós temos uma reunião com o senhor, na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. O que eu posso lhe adiantar é que visitamos muitas escolas, creches, escolas especiais, como Luciana Borges, e temos demandas dessas escolas para lhe passar. Nós somos cinco na CECE – Ver. Matheus Ayres, Ver. Reginaldo Pujol, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Medina –, e no dia 15 temos essa reunião contigo para, quando formos às escolas fazer visitas, falar um pouquinho sobre o que será feito na educação. Então, era isso. Quero parabenizá-lo por ter vindo aqui, ouvindo nossos Vereadores. O Vereador é a comunicação direta da Prefeitura nas periferias, nas escolas, nas praças e no esporte também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero cumprimentar o Secretário Adriano, que mais uma vez atende o convite desta Casa. Durante o recesso parlamentar, nós visitamos algumas escolas justamente quando houve o anúncio de poderia ser encerrada a descentralização da educação de jovens e adultos, e duas escolas que têm um número expressivo de alunos no EJA, a Escola Ildo Meneghetti, na Vila Santa Rosa, no bairro Rubem Berta, e também a Escola José Mariano Beck, na Bom Jesus. Havia uma preocupação da comunidade escolar como um todo, dos professores. É importante que houve, logo em seguida, já no dia em que

visitamos a Escola Mariano Beck, na Bom Jesus, uma nova manifestação na SMED no sentido de que isso não seria levado a efeito conforme o primeiro anúncio.

Faço aqui um apelo, uma vez que sou autor de duas Indicações nesta Casa: para que seja estudado, primeiro, pela Secretaria Municipal da Fazenda e também em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, a manutenção de vagas tanto no curso pré-vestibular gratuito municipal quanto no UniPoa. E faço esse apelo, Ver. Prof. Alex, porque entendo que a competência constitucional do Município é o investimento na educação fundamental, na educação infantil, mas não acredito que o UniPoa e o pré-vestibular municipal gratuito concorram com a educação básica. Elas são políticas de inclusão desses jovens e adolescentes que procuram um acesso ao ensino superior e, ao mesmo tempo, uma qualificação profissional e – por quê não? – uma busca por novas oportunidades. Extinguir a gratuidade da segunda passagem, restringir o meio passe estudantil, encerrar as atividades do curso pré-vestibular gratuito do municipal e também a parceira com as universidades privadas da UniPoa é praticamente colocar esses jovens, principalmente os de baixa renda, que moram na periferia, acesso na criminalidade. O Poder Público abriu mão de disputar esses jovens com o mundo do crime, do desemprego e da falta de oportunidades. Então faço aqui essa reflexão.

Aproveitando aqui o espaço quero só fugir um pouco do assunto e falar rapidamente sobre o que ocorreu em Brasília, ontem. Naturalmente que a minha opinião aqui da tribuna não é uma opinião unânime do PMDB do Rio Grande do Sul, do qual eu faço parte e me filiei desde os 16 anos de idade, em 1998, mas posso dizer aqui, da tribuna desta Casa, com o mandato que me foi conferido pelo povo de Porto Alegre, que me envergonho das posições ontem colocadas pelos deputados do PMDB do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma que nós nos posicionamos de maneira favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma, mantive a mesma posição em favor da denúncia contra o Presidente Michel Temer. E nem por isso acho que o Governo Federal ainda continua prestando um desserviço ao Rio Grande do Sul, porque já poderia ter implantado, reconhecendo todos os esforços feitos pelo Governo Sartori, o plano de recuperação fiscal ou também o procedimento de renegociação da dívida com a União. Precisou ontem o Supremo Tribunal Federal, em caráter liminar, por meio do Ministro Marco Aurélio Mello, acolher uma medida da Procuradoria Geral do Estado para legitimar o fato de que o Governo do Rio Grande do Sul não pagaria a dívida com a União para honrar, ainda que parcialmente, o vencimento dos servidores estaduais. O PMDB do Rio Grande do Sul vive uma séria crise de identidade. Porque há poucos dias nós utilizamos o *slogan* no horário eleitoral gratuito de que aqui é diferente, mas esse *slogan* perdeu a razão de existir, porque nós deixamos de ser diferentes no momento em que ontem nos posicionamos contra tudo aquilo que combatemos ao longo da nossa história e foi patrocinado pela cúpula nacional do Partido. O PMDB do Rio Grande do Sul nunca esteve ao lado da cúpula nacional. Nós sempre estivemos na trincheira pela candidatura própria do Partido e na formulação de um projeto nacional. Mas foi essa mesma cúpula nacional que quis cerrar bicheira de projetos alheios do PSDB, do Partido dos Trabalhadores, e quadros como Pedro Simon e outros tantos que postularam

uma candidatura própria do PMDB à candidatura da Presidência da República não tiveram essa possibilidade. Espero que os Deputados do PMDB do Rio Grande do Sul que ontem votaram “não”, não votaram “sim” ao relatório do Deputado Abi-Ackel, façam uma reflexão, para que, depois do resultado das urnas, não chorem o leite derramado. O PMDB do Rio Grande do Sul tem que refundar a partir das suas origens e fazer com que o *slogan* “Aqui é diferente” possa valer novamente, porque, com Jucá, Renan Calheiros, Sarney, Michel Temer e outros tantos, que mais podem ser qualificados nas páginas policiais do que nas políticas, não dá para continuar caminhando junto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Secretário Adriano Naves de Brito está com a palavra para suas considerações finais.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muitíssimo obrigado aos Vereadores e Vereadoras pelas intervenções. É sempre excelente esta conversa, porque ela nos ajuda a entender o que se passa, nos comunicar com a população e refinar as políticas que estamos desenvolvendo.

Faço minhas as palavras do Janta, citando o JK: não tenho compromissos com os meus erros, mas, como professor, tenho compromisso com os erros dos demais. Não quero que as pessoas errem, quero que as pessoas acertem e quero que as pessoas também apontem os meus erros para que eu possa avançar. Nesse sentido, precisamos dirimir algumas confusões com respeito ao EJA. A pergunta inicial era o seguinte: não há ainda um calendário de matrículas, não há uma definição de vagas de EJA? Nós precisamos disso. Isso dá uma falsa impressão de que julho é o momento em que a EJA faz matrículas. Julho é o momento em que se abrem vagas para entrar na EJA para começarem as aulas em agosto. Falso. É isso que criou a confusão que nós vimos instalada. Vou explicar como funciona o processo de acesso do aluno ao EJA. O aluno tem acesso ao EJA a qualquer momento do ano. O aluno não precisa fazer matrícula num determinado mês. O aluno tem livre acesso a qualquer momento do ano, mesmo que seja novembro, portanto, não há um período de matrícula. A matrícula não está acontecendo em julho; ela acontece em qualquer momento. Portanto, nós não fizemos a interrupção de matrícula ou rematrícula de qualquer aluno, mudando os alunos dos lugares onde eles estavam. Esta é a confusão que ficou pairando. Provavelmente, no mês de julho, vamos ter algo em torno de 60, 70 matrículas de alunos que estavam fora, que já poderiam ter passado pela EJA, que voltam às escolas. Em agosto teremos outros tantos. Todos os meses nós temos. Portanto, nós não temos um calendário de matrículas, nós não temos um calendário de entrada desses alunos, porque ele entra a qualquer momento. Nós, simplesmente, precisamos - e foi isso que motivou a nossa ação - enxergar esse aluno e compreender a realidade da EJA. Por isso que nós não tínhamos a pretensão, não estava no horizonte, parecia absurdo que se interpretasse assim - do nosso ponto de vista - e aqui, sim, é o nosso erro, porque nós estamos

olhando como quem vê a dinâmica dentro da SMED, mas não do cidadão comum. O cidadão comum está acostumado a quê? Faz matrícula, começa a estudar e aí estuda na escola em que ele fez matrícula.

De novo: EJA não há matrícula em julho, porque a matrícula é em julho, agosto, setembro, outubro, março, abril, maio, junho – em qualquer mês. Portanto, não há um calendário, Ver. Prof. Alex Fraga. Não tem que se estabelecer um calendário. O aluno acessa a escola a todo momento. As turmas estão funcionando e elas continuam funcionando. O que nós fizemos? Nós precisamos é entender melhor a demanda dessa modalidade de ensino para que a gente possa fazer com que ela seja mais eficiente para o aluno que está procurando. Para que a gente possa inclusive estudar por que é que nós estamos levando para a EJA um montante tão grande de jovens com idade abaixo de 18 anos e que eventualmente podem estar nas nossas escolas ordinárias. Essa era a medida. Eu acho que essa explicação ajuda a dirimir a dúvida de que nós queríamos fechar turmas de EJA. Não faz o menor sentido. As turmas continuam funcionando, funcionam o ano inteiro e elas recebem alunos. O que nós passamos a ter é centralizar, na verdade, na SMED, a partir de uma triagem no CMET Paulo Freire, para entendermos essa demanda. Para entendermos, por exemplo, qual é a frequência desses alunos, como é que nós podemos controlar. Nós estamos levantando os dados sobre as FICAI dos alunos acima de 15 anos e abaixo dos 18, mas não temos acesso a esses alunos que são mais maduros. Portanto, é uma medida para preparar o ano seguinte. A incompreensão dos processos característicos da EJA fez com que se interpretasse que nós estávamos abrindo matrículas e fechando turmas porque nós íamos começar tudo de novo em agosto. Nada mais falso. A EJA não funciona em regularidade semestral; a EJA funciona aberta aos alunos todo o ano. Então, as turmas que estão lá funcionando continuarão funcionando e os alunos poderão entrar, só que a partir de agora esses alunos serão encaminhados para as escolas mediante uma passagem pela Secretaria que vai, então, conhecer melhor essa realidade. Esse é o dado factual dessa situação. Acho que com isso nós dirimimos a questão de imaginar que nós estávamos querendo fechar a EJA em qualquer que seja a situação. A EJA está aberta o ano todo. Nós, a partir de junho, tomamos a iniciativa de olhar quem são esses alunos, e vários alunos vão entrando ao longo do ano. Essa é simplesmente a realidade. Esses são os fatos. É assim que funciona a EJA. Eu esclareço e peço, então, que esclareçam a população a que vocês têm acesso. Uma colocação geral ainda, acho que vários fizeram importantes colocações sobre a educação, e eu queria dizer o seguinte: eu não disse, de novo, acho que a gravação está aí, ao contrário de dizer que o aluno fracassou, quem fracassamos fomos nós. Agora, eu me dou o direito, como Secretário, de dizer, e assumo esse fracasso, porque, se eu não assumir, eu não posso melhorar o que nós temos na educação. Nós fracassamos com os alunos da EJA, sim. Se a gente coloca esse aluno de 15 anos para a EJA, nós estamos fracassando. Não é o aluno que está fracassando. Nós temos que estudar isso para sabermos como temos que corrigir. O fracasso é nosso! E foi isso que eu disse. Vocês me desculpem, eu não disse que o aluno fracassou. Inclusive, tenho dito várias vezes que o argumento de que o nosso aluno não aprende porque é um aluno de periferia, é elitismo. Isso é elitismo! Isso é dizer que nós só

teremos uma educação boa quando nós estivermos na Finlândia. Isso é um erro, porque a Finlândia não chegou lá sem educação boa, e essa educação é educação de todos e todos podem aprender, e, se não aprendem, o erro está conosco que somos os gestores e que somos aqueles que cuidamos de ensinar os alunos. Os alunos podem aprender, e, se não aprendem, somos nós que estamos fazendo alguma coisa errada e temos que rever isso e temos que aceitar isso. Nós temos que ter compromisso com os nossos erros e com as nossas dificuldades. De jeito nenhum eu disse que vamos profissionalizar alunos do Ensino Fundamental! Nós queremos dar condições para que eles sejam profissionais no futuro. É muito diferente. Se se entendeu que era profissionalização, foi um engano, não foi isso que eu quis dizer. Eu acho que, se ele não fizer a Educação Fundamental, ele não terá uma boa profissão, ele precisa da Educação Fundamental e ela tem que ser boa para que ele tenha acesso à profissão.

Sobre ainda gestão e democracia. Nós temos uma coisa na nossa escola que é a gestão democrática. E nós não temos nenhum problema com a democracia nas nossas escolas. Mas, se nós não colocarmos gestão na democracia, ela se converte em ditadura, ela se converte em pesadelo. Se nós não colocarmos números para entender como é que nós alcançamos os nossos sonhos, os nossos sonhos se tornam pesadelos. Então nós vamos, sim, seguir olhando os números e sabendo como é que a gente pode ter melhores resultados, focando nesse aluno, para que a gente possa aprender. Queria dar uma palavrinha sobre o Adote um Escritor. E o nome do Programa, tem um programa que nós começamos a trabalhar em fevereiro, portanto, quero dizer, em alto e em bom tom, o programa está em andamento. O programa não vai começar, ele não é para daqui a pouco, ele está em andamento desde fevereiro. Em abril, foram definidos, numa reunião com a SMED, os autores que iriam ser trabalhados nesse ano. Cada escola escolheu esses autores; em junho, fizemos duas reuniões com a Câmara do Livro, definindo um cronograma de visitas desses profissionais que viram discutir com as escolas. O nome do programa é Adote um Escritor. O nome do programa não é adote uma editora, nós gastamos 6,5 milhões de reais nos últimos 10 anos, comprando livro de editoras. Se nós temos uma discussão sobre se nós vamos comprar os livros ou não, essa é uma discussão lateral desse programa. A discussão central desse programa, se nós vamos manter a discussão e o encontro dos escritores com os alunos, nunca esteve posta na mesa. Isso sempre foi um dado, o processo está em andamento, a discussão está sendo feita. E nós vamos bancar a vinda desses escritores, como não bancamos nos outros anos; a SMED não bancou a vinda dos escritos. Por que a SMED não bancou? Por que as editoras davam gratuitamente o cachê e a vinda dos profissionais. A contrapartida era a compra de livros. Nós, cientes de que temos dificuldades para fazer o mesmo aporte de compra de livros, nos bancaremos a vinda dos escritores. Espantame que os escritores coloquem como condição de ir às escolas – e essa não foi a fala de ontem da Câmara do Livro – a compra de livros. O nome do programa é Adote um Escritor e não Adote uma Editora. Nós não somos financiadores de editoras, nós queremos encontrar um profissional que escreve e o aluno que vai ler esse livro. E nós dispusemos a comprar dos autores novos e que nunca vieram a nossas escolas, cujos livros, portanto, não estão disponíveis para nossos alunos. Nós nos dispusemos a

comprar um livro para cada dois que as editoras nos doarem. Se em 12 anos de parceria, 6 milhões e 500 mil reais comprados em livros, nós não podemos contar que os parceiros nos doem livros dos 7 novos autores que virão e que nós, então, compraremos um livro para cada dois que nos forem doados, pergunto que parceria é essa? Isso nós estamos falando dos livros, nada a ver com os escritores e com os autores. Nós bancamos isso desde o começo, o programa está em andamento, o programa não vai começar e continuará. O programa continuará. Está prevista uma visita dos nossos alunos à Feira do Livro, acertamos com a Câmara do Livro a realização de atividades especiais para os alunos da rede pública, o que nunca aconteceu na Feira do Livro, culminando a execução deste programa, com autores que vão, então, visitar esses alunos e essas escolas. Acho que isso também dirime a preocupação e a discussão que foi feita, que me espantou muito, dizer que o programa está em risco porque não se vai comprar os livros. Nunca foi um programa de compra de livros, mas de encontro entre escritores e alunos, e precisa de livros para que esses alunos possam ler esses escritores. Nós temos muitos livros de autores que já nos visitaram, aqueles que são autores novos terão os livros comprados, mas queremos parcerias, sim, com as editoras, para as quais dedicamos R\$ 6,5 milhões. Um programa que começou em 2005, com R\$ 45 mil, nos últimos anos custou, a cada ano para a Secretaria, R\$ 1 milhão. Vamos conseguir manter a visita de todos os escritores a um custo muito menor, sem nenhum prejuízo à essência do Programa Adote um Escritor. Essa é a essência do Programa Adote um Escritor. Nunca colocamos isso em risco, discutimos desde o começo do ano, e o programa está em andamento, está funcionando.

Muito bem, prevenção de gravidez, assumo de público o compromisso de falar com o meu colega da Saúde para que a gente possa tocar esse projeto importantíssimo, da maior relevância. Perguntas do Felipe sobre licenças médicas, acho que isso tem que ser tratado aqui no Parlamento, porque essa é uma discussão da carreira dos municipais, e é um problema que tem impacto na vida do cidadão e na vida dos nossos alunos, então deixo essa discussão para que seja feita aqui.

Refiro-me ao Unipoa. Por que razão fizemos a suspensão de novos contratos no Unipoa? Nós investimos, nos últimos dez anos, R\$ 51 milhões no Unipoa, formamos 284 alunos de nível universitário. Esses números são eloquentes por si mesmo. Nós temos que ter foco, nossa responsabilidade é a educação fundamental. Não discordo, de maneira alguma, que seja fundamental que alunos tenham acesso à universidade, possam estudar, existem programas federais para isso, mas se eu tenho que fazer uma escolha, e eu tenho que fazer essa escolha, porque eu tenho que fazer uma alocação de recursos que priorize o que é responsabilidade do Município, eu não tenho dúvida quando olho esses números: é um programa que é ineficiente porque na SMED não temos competência para acompanhar um programa universitário. Nós somos incompetentes para isso, e não temos que ter competência para isso. Então aportamos R\$ 51 milhões, continuaremos aportando nos próximos anos, até que o último aluno se forme, nenhum aluno será deixado no vazio. Finalmente, eu ainda queria perguntar sobre as comunitárias. Comunitárias são essas entidades que prestam importante serviço, vindo da sociedade civil, filando-se ao setor público para a educação infantil. A

origem, o Presidente relatou bastante bem, qual foi a origem dessas entidades, a origem era a assistência social, hoje elas estão além da assistência social, porque elas estão prestando educação e elas são uma parte essencial do trabalho de educação infantil no Município, nós atendemos 20 mil crianças, nós já atendemos 28 mil crianças, com os recursos do Município, os que nós bancamos. E dessas 28 mil crianças, 20 mil são atendidas por entidades comunitárias. A palavra comunitária é perfeita, porque as atividades são desenvolvidas, na maior parte dos casos, por entidades que têm conexão com a comunidade. Isso é o exemplo do que é Porto Alegre. Porto Alegre tem um sistema educacional plural, que deve se manter plural, e que não há nenhum problema que seja plural. Há vários autores oferecendo educação em Porto Alegre. Um deles é esse das comunitárias. As comunitárias têm que avançar na sua qualificação para a entrega da educação infantil. Nós estamos trabalhando e conversando com as comunitárias já há algum tempo sobre o novo marco regulatório e vamos, sim, fazer uma discussão para apresentar a vocês quando isso estiver modelado. Na verdade, nós estamos falando de coisas da semana que vem. Então, nós estamos aí às portas disso, mas o tema era outro, e veio a calhar a questão para que a gente faça a apresentação do que nós estamos propondo para as escolas comunitárias nesta adequação ao novo marco regulatório. Estamos finalizando os últimos detalhes com o Prefeito, um ajuste com a Secretaria da Fazenda, dos impactos orçamentários. Mas vamos fazer essa discussão, e eu quero deixar aqui relatado o respeito que nós temos por isso, e não só pelo trabalho individual que cada uma faz, mas pela concepção como um todo. Educação não é privilégio que deve ser de oferta do poder público, ele é um dever da sociedade inteira. Todo cidadão tem direito a ter educação, mas eles também têm que ter a possibilidade de ofertar se ele assim o desejar. A sociedade civil é chamada. Em Porto Alegre isso acontece de maneira bastante relevante. Então, eu queria dizer que esse é um tema que nos é muito claro, é muito importante para a oferta para o ecossistema educacional de Porto Alegre, e nós vamos fazer essa discussão quando já estivermos fechados, já estamos ultimando. Já conversamos com a presença do fórum há três semanas, algumas orientações fundamentais. Então, estamos construindo ali, mas vamos sentar agora com os senhores e vamos conversar nos fóruns qualificados para isso sobre o que nós estamos preparando para essa importante área de oferta para a educação.

Era isso que eu tinha a dizer, agradeço muitíssimo a oportunidade, como eu disse, é muito importante conversar sempre, gosto de vir a esta Casa, sempre que for convidado virei, às vezes posso até manifestar o desejo de vir, agradeço muito, agradeço que tenham me perguntado, colocado questões, todas muito legítimas, porque vocês são a comunicação com a população que nós servimos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Encerramos este Comparecimento, agradecendo a presença do Secretário Adriano.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Obrigado, Presidente Cassio, pela oportunidade de falar em liderança do nosso partido, o PTB, e aqui já incluo nas nossas preocupações políticas o Marcantônio, o Paulo Brum e o próprio Presidente Cassio, que estão preocupados com o que vai acontecer. No fim desta minha fala, vou fazer uma denúncia, e aí esperaria que os Vereadores que estão nos gabinetes pudessem vir aqui tamanha é a importância deste assunto que eu vou passar para o nosso plenário, porque não é um assunto para ser resolvido por um elemento, tem que ser por um grupo de pessoas.

O PTB tem a grande responsabilidade de seguir o que historicamente aconteceu na preparação das políticas públicas, na época do Brizola, do Darcy Ribeiro, do Collares e do Anísio Teixeira, para a educação. O projeto da modificação da educação que acabou não acontecendo no Governo João Goulart e que, provavelmente, vai acontecer nos próximos governos, é importante. Na assistência social, tivemos um belo trabalho com o Zambiasi e depois com o Deputado Lara, e no gabinete do Deputado Lara com a Viviane Portal, trabalhando bastante a assistência social, fazendo leis para a assistência social na cidade de Porto Alegre. A reforma de base de João Goulart, que se preocupava com a nossa reforma agrária, nunca saiu, nunca aconteceu. O que foi promovido pelo PTB de importante, além da reforma agrária, que não foi feita, foi a reforma que precisa ser feita, como estavam falando aqui agora, política. Quanto à reforma trabalhista, neste momento, o nosso Ministro Nogueira, do PTB, está trabalhando esse item.

Bom, acontece que, quando surgiu o movimento Minha Casa, Minha Vida pelos Governos passado e retrasado – mais no passado, no Governo Dilma –, nós tínhamos 51 mil pessoas sem residência na cidade de Porto Alegre. Não sei como está agora. Nós fizemos um movimento de inscrição em vários pontos da Cidade, e 51 mil pessoas se inscreveram pedindo a casa própria. Eu, como Secretário de Habitação, no caso, Diretor do DEMHAB, me preocupei e abri grandes possibilidades para que isso se reduzisse. Conversei com a Presidente, que nos brindou então com 3 mil casas pelo Minha Casa, Minha Vida e mais algumas centenas de casas populares pelo PAC, pelos movimentos da época do Governo. Eu imaginava, senhoras e senhores que nos ouvem, que isso estivesse andando muito bem. Claro que eu vi que houve uma diminuição nos últimos Governos, até passei isso para o meu partido, porque não se fez tanta entrega de casa como no Governo retrasado, em que nós representávamos a habitação popular de Porto Alegre. Estavam sendo entregues pelo menos algumas que eu deixei por fazer, o que foi muito bom. Ontem, nós tivemos uma reunião na nossa Comissão, a CUTHAB – estávamos lá eu, a Fernandinha Melchionna e o Paulinho Motorista. O que pasmou, senhoras e senhores? Nós precisamos falar sobre isso e precisamos nos unir! As pessoas foram expulsas da maioria das suas casas! Que grupo são esses que estão tirando as casas das pessoas? As pessoas foram encaminhadas de volta para a beira de riachos estragados, fétidos, para outros pontos com problemas de meio ambiente e de saúde. Quando nós tínhamos conversado com o OP, o Orçamento Participativo, e tínhamos dividido os trabalhos das casas que tínhamos, nós não trabalhamos sozinhos com o Governo Municipal, mas com o OP também. E agora parece que mais da metade das

peessoas não moram mais nas casas! Eu pensei que a Caixa estivesse cuidando disso; eu pensei que o próprio Governo Municipal estivesse cuidando disso! Como não houve esse cuidado e como é muito perigoso esse embate, acho que vou trazer para a Câmara, como estou fazendo aqui, para ver quais as ideias que podemos ter. A nossa Comissão já marcou para o próximo dia 11 a provável criação de um GT que fará um estudo científico do que está acontecendo, para ver como vamos devolver as casas para as pessoas, casas que nós demos e tiraram delas! Que grupos fortes são esses que tiram as casas das pessoas pobres? Para vocês saberem: nós demos 922 habitações no PAC, para a Vila Dique, onde morriam várias crianças, onde tudo estava estragado. No primeiro ano em que passamos as pessoas para a Vila Dique – a jornalista Angélica, que trabalha comigo, me chamou a atenção sobre esse dado –, não morreu nenhuma criança! Eles passaram a ter calçada, calçamento, esgoto tratado, água encanada! Apesar de brigas partidárias, que podem ocorrer em alguns momentos, para nós atendermos o povo, precisamos nos unir.

Acredito muito na união das esquerdas! As casas eram dadas até há pouco tempo pelo grupo de centro-direita, o meu querido amigo Pujol foi quem deu as casas para o povo, o Zanella, até que chegou o nosso, o de centro-esquerda, e também deu bastantes casas. Nós precisamos saber quem tirou as três mil casas dadas pelo Governo para a população mais necessitada e que morava na beira da sujeira de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento para que possamos encerrar o período de Comunicações e entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1333/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/16, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que estabelece orientações quanto ao comportamento de funcionários, responsáveis e corpo docente de estabelecimentos de ensino públicos ou privados no Município de Porto Alegre, no ensino relacionado a questões sócio-políticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia a determinada corrente político-partidária-ideológica.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1489/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que altera o parágrafo único do art. 1º, o *caput* do art. 1º-A, o *caput* e os incs. I e II do *caput* do art. 3º, o art. 4º e o art. 5º e inclui incs. VII, VIII e IX no parágrafo único do art. 1º-A da Lei Complementar nº 444, de 30 de março de 2000 - que institui, no Município de Porto Alegre, o Conselho Municipal do Idoso (Comui) e dá outras providências –, alterada pela Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010, dispondo sobre vínculo administrativo, receitas, composição e Regimento do Comui.

PROC. Nº 0274/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 009/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera de beco para rua a categoria do logradouro conhecido como Beco José Paris, localizado no Bairro Sarandi.

PROC. Nº 1897/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 218/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Carlos Alberto Oliveira Garcia – Vereador Professor Garcia.

PROC. Nº 1027/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/17, de autoria da Verª Marília Fidell, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à senhora Enrieta Chalmes de Quadros.

PROC. Nº 1028/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/17, de autoria da Verª Marília Fidell, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Rotechild dos Santos Prestes.

PROC. Nº 1662/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede a Comenda Porto do Sol ao professor e pianista Angelin Loro.

PROC. Nº 1709/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, do Estado do Rio Grande do Sul – Asasepode.

PROC. Nº 1771/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede a Comenda Porto do Sol ao Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana.

PROC. Nº 1932/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/17, de autoria da Mesa Diretora, que institui o Prêmio Líder Comunitário.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Venho à tribuna em nome do meu partido, o PSOL, portanto, também em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, tentando trazer mais alguns dados. Mas como vou falar sobre alguns assuntos diversos, pois é um tempo de liderança, eu não trouxe esse tema durante o período de comparecimento do Secretário Adriano Naves de Brito, mas, de certa forma, vou abordar novamente a nossa rede municipal de ensino. Nós temos, para conhecimento de todas as senhoras e senhores que estão aqui, já há um bom tempo as inscrições, as matrículas na rede municipal na modalidade EJA são feitas de forma virtual, ou seja, o sistema de dados da Prefeitura recebe todas as informações referentes às matrículas. Portanto, a afirmação de que a centralização das matrículas no CMET Paulo Freire é para dar acesso à SMED a esses dados, é uma informação muito fraca, porque se essas matrículas, são via meios eletrônicos cadastrados no site da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Educação, o Secretário tem acesso a todas essas informações. E essa centralização é justamente para dificultar o acesso da população à matrícula. Então, aí está a grande maldade que está sendo imbricada na cidade de Porto Alegre contra a população que depende da EJA para fazer a conclusão dos seus estudos. Justamente a questão da existência da EJA, como destacou o Secretário, é ruim e isso mostra que nós temos uma defasagem idade-série grande na nossa Cidade e que a necessidade da permanência da EJA é premente. Nós não conseguiremos permitir que as pessoas se adaptem ou concluam seus estudos na escola regular. Uma criança que tem 15, 16 anos não vai se sentir bem estudando na mesma série que criança de 11 anos, adolescentes, jovens estudando na mesma série de crianças pequenas. São faixas etárias muito diferentes, são perspectivas de mundo completamente distintas, e isso também contribui para a evasão escolar. Portanto, limitar e restringir a EJA é também negar o acesso de boa parte da população, principalmente a população que mais precisa de qualificação para poder ter o melhor acesso ao mercado de trabalho e que são empurrados para a marginalidade e para a criminalidade. Isso é uma vergonha, o que está sendo feito no Município de Porto Alegre, com a anuência da Secretaria Municipal de Educação! Gostaria de manifestar a minha preocupação para o primeiro projeto que entra em 1ª Sessão de Pauta. Esses projetos que se dizem “escola sem partido”, que, na verdade, eu, carinhosamente, por iniciativa própria, os batizo de projetos “escolas sem debate”, “escola sem cérebro”, “escola sem discussão”, escola sem problematizar as questões dramáticas da sociedade. Esse projeto visa única e exclusivamente cercear o debate sobre temas importantes, como, por exemplo, a extrema desigualdade social que nossa sociedade tem. Isso vai deixar de ser debatido, para lamento de todos nós brasileiros, porque, infelizmente, um professor ou uma professora que tratar temas que tenham esse cunho do debate do porquê existem pouquíssimas pessoas, 2%, que detêm 90% das riquezas do planeta e outras tantas que não têm sequer para cobrir as suas necessidades básicas de alimentação, de vestuário, de saúde, de educação, se um professor ou uma professora

vier com esse debate em sala de aula, ele vai ter cerceado o seu direito e o seu dever de trabalhar isso com os seus alunos, porque é uma das nossas atribuições: construir um mundo adiante, um mundo com menos desigualdade, um mundo com menos injustiças. Portanto, peço a todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa que se atentem com relação a uma dessas grandes maldades e absurdos que está em 1ª Sessão de Pauta. Nós não podemos aceitar que esse tipo de projeto vingue em nossa Cidade. Nós precisamos de uma educação de qualidade, uma educação para construção da cidadania, e não uma educação para o cerceamento das discussões de temas tão fundamentais. Outra: se esse debate vigorar e esse tipo de projeto for aplicado à nossa Cidade, ao nosso Estado e ao nosso País, vão faltar vagas em cadeias, em camburões, porque eu não vou me calar, jamais me calarei. Eu vou continuar a levantar esses debates em sala de aula, porque é minha obrigação, é por isso que eu me tornei professor, para tentar mudar o mundo através da educação. Um grande abraço a todos. Vamos lamentar mais uma vez, eu, em nome da bancada do PSOL, a vergonha que foi a votação de ontem em Brasília. Terrível! Brasília é um ninho de ratos! Lamentavelmente. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Ofício nº 1.235/17, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que solicita o desarquivamento do PLE nº 031/16.

Apregoo o Ofício nº 1.233/17, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que solicita o desarquivamento do PLE nº 030/16.

Apregoo o Ofício nº 1.232/17, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que solicita o desarquivamento do PLE nº 034/15.

Apregoo o Ofício nº 1.251/17, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que solicita o desarquivamento do PLE nº 035/16.

Apregoo o Ofício nº 1.234/17, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que solicita o desarquivamento do PLE nº 002/15.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra e outros Vereadores, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLE nº 007/17.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra e outros Vereadores, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLE nº 007/17.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina e outros Vereadores, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 52, 53 e 54 ao PLE nº 007/17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente; Líder Cláudio Janta; vou me dar a liberdade de citar o grande filósofo iluminista Voltaire: “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte de você dizê-las”. Este é o recado que eu quero dar ao Ver. Valter Nagelstein, que tem o direito de

apresentar qualquer projeto de lei, mas ele também vai ter que ouvir uma outra frase de Voltaire, que vou dizer agora: “Para que discutir com homens que não se rendem às verdades mais evidentes? Tenho um instinto para amar a verdade; mas apenas um instinto”. Esse meu instinto fará com que eu não meça as palavras, porque é preciso dizer: por que, Valter, discutir com o senhor esse projeto de lei? O senhor não quer mudar de opinião, não vai mudar de opinião, mas haverá, sem dúvida nenhuma, uma avalanche de pessoas que virá aqui, que se pronunciará nas redes sociais e que virá até a Câmara de Vereadores, à praça pública, para dizer: “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós!” Vão reviver Castro Alves em praça pública, Vereador Dr. Goulart. Nós não vamos enterrar a história da humanidade com mordação, uma escola sem partido, que é uma cretinice – cretinice! – para esconder os objetivos reais de fazer censura dentro da sala de aula. Assim como disse o meu nobre colega Ver. Prof. Alex: “Eu não me calei”. Nunca me calei, não me calei durante a ditadura; duas vezes prisões na Polícia Federal; lei de segurança nacional, quatro vezes prisões no DOPS! Eu não me calei no passado, imaginem se vou me calar depois de 1988 com a Carta Cidadã no Estado Democrático de Direito! Pena que este plenário hoje está esvaziado, mas aqui nós vamos ecoar o nosso discurso, as nossas ideias. Ninguém quer fazer proselitismo político partidário em sala de aula. Eu fui professor muitos anos, professor de Língua Inglesa, de Literatura Inglesa e Americana. Nunca fiz proselitismo, mas todo mundo sabia quem eu era. Minha vida é um livro aberto, mas tem gente que precisa se esconder, precisa esconder o passado. Eu quero fazer esse debate, ou melhor, a sociedade quer fazer esse debate, a sociedade fará esse debate. Por isso eu comecei com o Voltaire, porque o Ver. Valter tem o direito de se expor, tem o direito de propor, mas também terá que ouvir, e vai ter que ouvir muitas coisas, porque é uma barbaridade um projeto de lei que “estabelece orientações quanto ao comportamento de funcionários, responsáveis e corpo docente de estabelecimentos de ensino públicos ou privados no Município de Porto Alegre, no ensino relacionado a questões sócio-políticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia a determinada corrente político-partidária-ideológica”. Eu sou estudante de Direito; a minha professora brilhante que eu tive, de Introdução ao Direito, que não reza pela minha cartilha, que é contrária à minha visão deu as melhores aulas de Direito Constitucional na faculdade, expôs as suas ideias, e, quando aqui eu fui eleito, ela veio me cumprimentar e dizer que “apesar das diferenças você nos representa, porque tem um padrão ético que pode fazer a diferença na sociedade”. São as ideias iluministas de Voltaire, são as ideias da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e fundamentalmente a questão que nos foi ensinada, Ver. Professor Bernardo, Ver.^a Carolina Roussef, pelo grande filósofo alemão que disse mais ou menos assim: que a pessoa tem que ser respeitada pelo simples fato de ser pessoa. Kant nos deu essa ideia, como iluminista, foi esse pensamento que eu li há pouco do grande Voltaire. Não é preciso aqui citar Marx, Engels, Trotsky ou Lênin, é preciso citar pessoas que pensam, não são só os pensadores da chamada esquerda, tem pensadores... Pena que o debate hoje não tem a presença do Ver. Felipe que teve que sair, porque quero discutir

inclusive alguns filósofos com os quais ele compartilha, porque a liberdade está acima de tudo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Ofício nº 1154/17, do Sr. Prefeito Municipal em exercício, comunicando que se ausentou do Município de Porto Alegre nos dias 07 e 08 de julho.

A Sra. Carolina Rousseff está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. CAROLINA ROUSSEFF: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público, venho aqui falar sobre dois pontos de vista, de estudante, de futura professora e também analisando o ponto de vista dos professores, para dizer, com certeza, o quanto é hediondo este projeto. Eles querem retirar da escola o pensamento crítico, querem criar estudante que não tenham opiniões, com a falsa desculpa de imparcialidade, mas a própria defesa desse discurso também é uma ideologia. Eles vêm dizer que as escolas têm ideologia de esquerda, preferencialmente - é isso que diz no projeto. E o resto de todo o conjunto da escola? E o resto de todos os debates da escola? Ter uma escola sem debates é ter uma escola sem pensamento. Para que os estudantes vão para escola, para pensar, para formular seu próprio pensamento, para querer ser como seres humanos, como cidadãos. É para isso que os estudantes vão para escola, não é para serem obrigados a não pensar. Os professores... Isso ofende tanto os professores, uma categoria tão valorosa, que vem sofrendo tantos ataques, e agora mais um, agora também querem impedir os pensamentos dos professores, dessa forma tão hedionda. E isso sim é hediondo, é retirar da escola esse pensamento, como estudante eu não aceito isso! No ano passado, quando isso começou a tramitar, eu lutei, e vou continuar lutando, porque dentro da escola a gente quer ter autonomia para conversar. Os estudantes querem conversar, os estudantes precisam e querem - a juventude, no seu todo - estar por dentro do que está acontecendo em nosso País, de tudo isso. E o que esse projeto visa? Que os estudantes não estejam dentro das pautas do nosso País, com a velha desculpa da ideologia. Nós, estudantes, queremos participar ativamente e queremos, sim, ter as nossas aulas completas. Nós queremos, sim, que os professores falem, porque assim a gente está aprendendo. E quem propôs isso tem que pensar e também aprender que não basta propor um projeto desses, tu tens que ir para dentro da escola para ver o dia a dia. E quem não é educador não pode propor uma coisa dessas, nenhum educador iria propor isso, porque vê o quanto hediondo é. E, em nível nacional, podemos ver a retirada de matérias que visam incentivar o pensamento crítico dos estudantes. Por que tem tanto medo que os estudantes estudem história? Por que eles não querem que os estudantes saibam a história do nosso País? Porque, bom, algum problema tem. Eles estão com medo da juventude? Eles não querem criar uma juventude de luta, que vai lutar pelos seus direitos, uma juventude que saiba pensar com a sua cabeça? Porque ninguém vai dizer aqui que o professor falou e o estudante vai seguir, porque eu estou dentro da sala de aula e eu tenho o meu próprio pensamento, o

meu colega, a minha colega têm o próprio pensamento, mas a gente gosta de ouvir, porque ali a gente está aprendendo, a gente vai para escola para aprender. E do ponto de vista dos professores, eles têm que ter autonomia, porque eles estudaram tanto, uma profissão tão desvalorizada. Agora, silenciar essa profissão que já não recebe o salário direito? Agora também querem se meter no plano de aula dos professores, isso é inaceitável e nós não vamos aceitar, esse projeto não pode passar. E a luta que a gente vai fazer dentro da escola é para isso, porque a gente tem pensamento crítico. A gente quer e vai continuar estudando história, porque temos que saber a história do nosso País. Um povo sem história – é isso que eles querem colocar e essa falsa desculpa de ideologia também é uma ideologia, a ideologia da imparcialidade, e isso todos sabem que não existe. Não existe imparcialidade, ainda mais num momento em que a gente está vivendo em nível municipal, estadual e nacional. Por isso a gente vem aqui para reafirmar nosso compromisso contra esse projeto, esse projeto hediondo. E, nas escolas do Rio Grande do Sul, isso não pode passar. Então, faço um apelo aos demais Vereadores: pensem nessa pauta e votem “não”, porque isso não pode passar, os nossos estudantes precisam ter acesso à educação plena e com direito à liberdade de expressão. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Bernardo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROFESSOR BERNARDO: Sr. Presidente, prezados Vereadores, prezadas Vereadoras, eu quero falar que o primeiro projeto que está em Pauta, conhecido como a escola da mordça, me lembra com muita clareza um tempo que jamais deveríamos esquecer, que é o tempo em que a amnésia era obrigatória. Isso não tem outro nome senão censura. Isso lembra a época da censura, que foi o período da ditadura civil-militar neste País. O primeiro objetivo de uma ditadura é tirar a voz das pessoas. O Ato Institucional nº 1, a operação limpeza, uns dos primeiros atores que foram silenciados foram os professores. Foram cassados nas salas de aulas os professores da UB. E tinham os mesmos discursos deste projeto aqui, eram usados pelos militares em 1964. O discurso da doutrinação ideológica, o discurso de que o aluno era vulnerável. Então, colegas, o que está acontecendo neste projeto não tem outro nome senão censura, e censura só acontece em estado de exceção. O que me preocupa é que estamos caminhando firmemente para o estado de exceção. Temos um Presidente que não foi eleito democraticamente, temos um Presidente aplicando um projeto de poder que não obteve voto e jamais obteria voto para esse projeto que está sendo aplicado. Eu fui começar a circular as contradições do projeto e está todo riscado porque ele é uma contradição por si. Aqui fala no projeto que a gente não pode contrariar a educação moral dos familiares dos nossos alunos e alunas. Qual das 30 ou 40 famílias não podemos contrariar a moral? Então, não poderemos falar frontalmente nada em sala de aula. O projeto fala que não podemos gerar uma divisão de classes, um conceito de

classe e de divisão. Ou seja, o projeto já está carregado de ideologia, colegas. Quero alertar que estamos em Estado de exceção, porque esse projeto não está sendo feito de maneira ingênua pelo Ver. Valter. Esse projeto está sendo proposto em todos os âmbitos, numa caminhada que se faz para um Estado de exceção. Em nível estadual, está sendo proposto por decreto, sem debate do Plano Nacional de Educação, sem debate com os professores, que o Exército vá às escolas para dar educação moral e civil. Ora, querem calar o professor, como calaram em 1964, e permitir que o Exército dê a sua educação. Convenhamos, há uma grande discordância sobre a opinião do que o Exército acha certo ou errado.

Quero trazer, mais uma vez, que o processo da censura só colabora para uma única coisa: para a ignorância. A censura tira não apenas o direito do professor ensinar, como tira, principalmente, o direito do aluno aprender. Quem vai decidir o que é certo e o que é errado? As quarenta famílias? O Estado, ou quem estiver no Estado? É certo ou errado falar então no MST? É certo ou errado falar do sindicato de trabalhador ou patronal? Pode-se ou não falar de partidos políticos? Não vamos mais falar de política? Vamos ter uma população alienada? Quem vai decidir o que é certo ou errado? Ou seja, a censura só colabora para a ignorância. Estou dizendo que só é possível isso acontecer se não tivermos educação. Então, quero trazer uma proposta que acabamos de protocolar nesta Casa, uma memória viva para lembrar que houve, sim, um tempo de amnésia obrigatória, que houve um tempo em que obrigavam aos professores não ensinar. O projeto prevê a demarcação dos espaços públicos de tortura e que foram utilizados também como departamento de repressão de polícia. Talvez isso nos falte nesta Cidade para que projetos que visam voltar ao período militar nunca mais sejam pautados.

Eu não preciso nem comentar que o parecer da Procuradoria falou que o projeto é inconstitucional. Isso só pode ser aprovado num Estado de exceção e através do autoritarismo. Repito, então, o que falou o companheiro Adeli e o que falou o companheiro Alex: não nos calarão, terão que nos mandar todos para cadeia, e faremos como na ditadura, resistiremos junto aos nossos bravos colegas professores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Venho, novamente, a esta tribuna, agora em período de Pauta, justamente para reforçar o nosso posicionamento a respeito do Projeto nº 1333/16, que entra hoje em 1ª Sessão de Pauta. Este é um dos projetos, como muitos, singelamente apelidados de projetos escola sem partido. Eis que o Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, interrompeu a aplicação de um projeto de mesma natureza no Estado de Alagoas. Já havia aprovação, ele estava em vigência, e o Supremo Tribunal impediu a sua continuidade. Nós temos também a contrariedade de órgãos importantes como a Procuradoria-Geral da

República, apontando a inconstitucionalidade desses projetos. Portanto isso não é uma loucura da cabeça de meia dúzia de aloprados da Esquerda, de professores aloprados, de professoras fora da casinha.

Nós estamos falando sobre algo que é bastante sério, algo que pode transformar vidas, que é justamente a educação. Nós precisamos instigar ao máximo a capacidade de diálogo e de debate nos espaços escolares. Nós precisamos debater temas que são sensíveis à população, eis que, se algum dos presentes ou quem estiver assistindo pela TVCâmara não estiverem contentes com isso, o mesmo projeto teve apontamentos negativos bastante pesados a partir do parecer da nossa Procuradoria. A nossa Procuradoria apontou que esse projeto viola parte de três artigos da nossa Constituição, da Constituição Federal. Portanto, se é inconstitucional, esse projeto deve... Peço aos Vereadores que integram a CCJ que barrem esse absurdo. Que barrem esse absurdo! Ele não pode ter continuidade. É uma vergonha para esta Casa continuar debatendo e dando sequência a projetos – Ver. Bosco, eu sei que o senhor é um crítico com relação a isso – que são claramente inconstitucionais, como aqueles que preveem, a partir da Câmara de Vereadores, mudar o Código Penal, criminalizar alguns atos, violências contra animais. É meritório, mas é inconstitucional, é inaceitável. Portanto eu peço que os integrantes da CCJ se atentem a isso e não nos façam passar vergonha dando sequência a projetos deste tipo.

Um outro ponto que nós precisamos destacar e debater é a questão da previsão de que todos os pontos de vista políticos e ideológicos devem ser debatidos dentro das escolas com neutralidade. Senhoras e senhores, não há possibilidade, dentro de alguns pontos, ter neutralidade, por exemplo, eu não aceito que um colega meu ou uma colega minha haja com neutralidade quando se falar sobre o holocausto. Não há neutralidade nisso. Nós precisamos nos posicionar, nós precisamos apontar os erros passados nas gerações anteriores para que não venhamos a repetir isso no futuro, as barbaridades, as atrocidades. Por mais que eu tenha sido criado numa família cristã, católica, eu não posso fechar os olhos e negar o que houve dentro das Cruzadas, aquele genocídio monstruoso em nome de Deus. Não vou! Isso foi um holocausto, sim. Isso é terrível! E eu não posso virar as costas a essas barbáries. Eu não posso compactuar com isso. Nós, professores, tentamos, a muito custo, mudar a realidade das nossas crianças e dos nossos adolescentes, e esse tipo de projeto limita a nossa fala, cala a nossa voz, cerceia a nossa profissão, sim. Não há neutralidade em muitos aspectos. Eles precisam ser debatidos, precisam ser enfrentados e precisam ser duramente combatidos. Nós precisamos, sim, falar de direitos humanos, precisamos, sim, falar do direito ao acesso à segurança, ao acesso à educação, ao acesso à saúde. Isso são temas sociais e, agora, debater temas sociais, fazendo claramente críticas políticas, isso não pode penalizar o profissional. Porque, muitas vezes, os nossos alunos nos chamam ao debate, nos perguntam o nosso posicionamento, e eu vou agir como se não estivesse ali? Como se estivesse alheio à realidade? Como se tivesse que agir com neutralidade frente a todas as barbáries cometidas contra o meio ambiente, como o crime ambiental maior que foi o derramamento da Barragem de Mariana? Não vou calar! Assim como não vou calar no debate sobre sexualidade nas escolas. Isso precisa ser enfrentado. O Dr. Thiago fez uma

fala bastante dura. Se não falarmos em sexualidade, se não falarmos nestes temas que são muito sensíveis e adotarmos pura e simplesmente o que vem das famílias, muitas famílias não debatem, e isso agrava o problema. Portanto, não nos calarão! Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Está encerrada a discussão da Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h46min.)

* * * * *